

SOUSA, Karolynne Soares.

A Guerra Fluvial : A expansão neerlandesa, a construção de fortificações e a engenharia indígena no Maranhão e Grão-Pará 1621-1641 / Karolynne Soares Sousa. - 2019.

100 p.

Orientador(a): ALÍRIO CARVALHO CARDOSO.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História/CCH, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão - PPGHIS/CCH, 2019.

1. Estado do Maranhão e Grão-Pará. 2. Fortificações. 3. Guerra Fluvial. 4. Indígenas. 5. Neerlandeses.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
“HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES”

KAROLYNNE SOARES SOUSA

A GUERRA FLUVIAL:
A EXPANSÃO NEERLANDESA, A CONSTRUÇÃO DE FORTIFICAÇÕES E A
ENGENHARIA INDÍGENA NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (1621 - 1641)

SÃO LUÍS - MARANHÃO
2019

KAROLYNNE SOARES SOUSA

A GUERRA FLUVIAL:
A EXPANSÃO NEERLANDESA, A CONSTRUÇÃO DE FORTIFICAÇÕES E
ENGENHARIA INDÍGENA NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (1621 - 1641)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História – Mestrado, da Universidade Federal do Maranhão, orientada pelo Prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso (PPGHIS – UFMA)

SÃO LUÍS - MARANHÃO
2019

KAROLYNNE SOARES SOUSA

A GUERRA FLUVIAL:
A EXPANSÃO NEERLANDESA, A CONSTRUÇÃO DE FORTIFICAÇÕES E A
ENGENHARIA INDÍGENA NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (1621 - 1641)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em História – Mestrado, da
Universidade Federal do Maranhão, orientada
pelo Prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso
(PPGHIS – UFMA)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGHIS

Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira (Avaliadora Interna)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGHIS

Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles (Avaliadora Externa)
Universidade Federal do Maranhão – DEHIS/UFMA

Profa. Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGHIS

SÃO LUÍS – MARANHÃO

2019

“O historiador é um bom profissional cujo trabalho consiste em costurar panos rotos com agulha e linha novas. Por essa razão, sempre que pretende finalizar sua tarefa e precisa dar o último nó, quase sempre deve tudo recomeçar, posto que o pano invariavelmente se rompe. “

(Manoel de Jesus Barros Martins)

Dedico ao todo-poderoso Deus por abençoar a minha vida todos os dias, me dando força, sabedoria e paciência para concluir esse trabalho.

E em especial, dedico todo esforço que tive, para finalizar esse trabalho, ao meu querido avô e representação de pai que tive, Manoel Sousa (*in memoriam*) que não pôde esperar mais um pouco para vivenciar esse momento, mas que batalhou ao meu lado até a sua partida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, por me proporcionar força para escrever essa dissertação, pois sem a Ele eu nada conseguiria, pois mesmo diante das crises da Fibromialgia e as crises de ansiedade, foi a Ele quem eu recorri.

Agradeço à CAPES, pelo apoio e financiamento na pesquisa, desde o início dessa caminhada no mestrado.

Agradeço ao meu pai e à minha mãe porque me ensinaram que caráter não é algo que possa ser dobrado. Se tive dificuldades em aprender a “obedecer”, aprendi com eles uma lição mais honrosa: não me corromper a nenhuma situação e a ninguém.

Agradeço ao meu avô, Manoel Sousa, *in memoriam*, que sempre dedicou muita atenção, carinho e ternura e que mesmo com todos os problemas de saúde a qual ele passou nos últimos anos, sempre dispensou a mim o melhor dos sentimentos: muito amor.

Agradeço a Karla, minha irmã e minha segunda mãe, por ter me ensinado desde pequena o que era o amor. Ela é uma das pessoas para quem eu dedico esse trabalho.

Agradeço de coração a Clara Barros, pelo carinho e amor dispensado desde sempre e principalmente no período de conclusão desse trabalho, ela me concedeu um tempo que não teve. Esse trabalho não seria o mesmo sem ela ao meu lado. Todo amor por ela.

Agradeço a Maria Julia, Benjamin e Marcone Junior, meus queridos e amados afilhados, pois sem eles eu nada conseguiria.

Agradeço aos amigos da UEMA pelo carinho e por toda a confiança que sempre devotaram a mim, em especial à Rodrigo, Carol, Clau e Josy.

Agradeço aos meus familiares, aos meus avós, primos, tios e todo mundo que de alguma forma contribuiu para que eu pudesse conseguir vencer a batalha que fora escrever a dissertação.

Agradeço a Katiane, pela amizade e carinho de sempre, por ter me acompanhado desde a graduação e ter me ajudado a perceber o meu valor no mundo.

Agradeço aos meus amigos da graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, em especial a Julio Cesar, Hemelita e Talita, pois são três pessoas que eu ganhei e vou levar para vida.

Agradeço aos professores de História da graduação: Regina Faria, Flávio Soares, Manuel Barros (Manuelzinho), João Batista, Maria Isabel, Marcelo, Maria da Glória, Josenildo, Reinaldo e Wagner Cabral.

Agradeço à banca da seleção do Mestrado em História Social da UFMA:

À Maria Isabel, por toda dedicação que ela sempre teve com o curso e com o trabalho de professora.

À Vitor pela seriedade que sempre teve e pela confiança no meu trabalho.

À Regina Faria por todo conhecimento que ele sempre distribuiu de bom grado e gratuitamente e por todo carinho dispensado a mim.

Agradeço aos professores do curso de Mestrado, pela seriedade e presteza com o trabalho e comigo.

Agradeço a toda a minha turma de mestrado, em especial à Karen, Diele, Mayajara e Pablo, por todo carinho e amor que sempre tiveram comigo e com a pesquisa, desde que iniciei o mestrado.

Agradeço às professoras Soraia Sales Dornelles e Maria Izabel Barboza Morais Oliveira por terem aceitado compor a banca desse cansativo trabalho.

Agradeço especialmente ao meu professor e orientador Alírio Carvalho Cardoso, por ser mais que um orientador, mas um verdadeiro mestre, que me acrescentou de referenciais teóricos a referenciais de (e para) vida, que não desistiu de mim e lutando ao meu lado para concluirmos esse trabalho, que dispensou uma paciência ímpar, digna de Jó, e principalmente, por todo amor e compreensão que teve comigo até a conclusão de jornada que parecia não ser findada. Ao senhor, toda gratidão do mundo.

RESUMO

No período Seiscentista, a Guerra Fluvial foi a representação de como procedeu a expansão neerlandesa na região do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, temática a ser analisada no presente estudo, a partir das construções de fortificações e como essas se constituíram pela cooperação e engenharia indígena, atores principais dessa narrativa. Demonstrar-se-á, inicialmente, como o Atlântico Neerlandês se constituiu com a consolidação da União Ibérica e fragmentação das relações comerciais entre os hispano-lusos e os Países Baixos, e por consequência, a rebelião contra monarquia hispânica. Por conseguinte, estudar-se-á como as experiências de guerras ocorridas no Estado do Maranhão e Grão-Pará, distintas das promovidas no Estado do Brasil, foram fundamentais para a instituição da Amazônia Holandesa no Século XVII e como a colaboração indígena fomentou o comércio e pirataria pelas rotas tupinambá. Evidenciar-se-á ao final do estudo, como os Neerlandeses estabeleceram e mantiveram suas relações de poder no Delta Amazônico, tendo como cenário as fortificações construídas pelos indígenas, coatores essenciais. Utilizou-se da metodologia científica, tendo como método de abordagem dedutiva, tendo como referenciais teóricos-base o Arquivo Ultramarino, Arquivo Geral de Simancas, Arquivo Geral das Índias, Nationaal Archief (Haia) e as fontes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, bem como, as cartas, requerimentos e ofícios que foram escritos entre os reinos ibéricos e os oficiais ou viajantes que estavam na região no período do século XVII, caracterizando o método histórico.

Palavras-chave: Estado do Maranhão e Grão Pará. Fortificações. Guerra Fluvial. Indígena. Neerlandeses.

ABSTRACT

In the Seventeenth century, the River War was the representation of how the Dutch expansion in the region of the former Maranhão and Grão-Pará states, thematic to be analyzed in the present study, from the constructions of fortifications and how these were constituted by the cooperation and indigenous engineering, main actors of this narrative. It will be demonstrated, initially, how the Dutch Atlantic was constituted with the consolidation of the Iberian Union and fragmentation of commercial relations between Hispanics and the Low Countries, and consequently, the rebellion against Hispanic monarchy. Therefore, it will be studied how the experiences of wars that occurred in the State of Maranhão and Grão-Pará, different from those promoted in the State of Brazil, were fundamental for the establishment of the Dutch Amazon in the Sixties and how the indigenous collaboration fomented trade and piracy through the Tupinamba routes. It will be shown at the end of the study how the Dutch established and maintained their power relations in the Amazon Delta, taking as a scenario the fortifications built by the indigenous, essential coats. It was used the scientific methodology, having as a deductive approach, having as base theoretical reference the Overseas Archive, General Archive of Simancas, Archivo General de Indias, Nationaal Archief (The Hague) and sources of the National Library of Rio de Janeiro, as well as the letters, applications, and crafts that were written between the Iberian kingdoms and the officers or travelers who were in the region in the period of the seventeenth century, characterizing the historical method.

Keyword: Dutch. Fortifications. Indigenous. State of Maranhão and Grão-Pará. River War.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 01 Fortes holandeses no Delta do rio Amazonas	41
ILUSTRAÇÃO 02 Mapa da Guiana Ocidental	61
ILUSTRAÇÃO 03 Descrição dos rios Pará e Maranhão.....	64
ILUSTRAÇÃO 04 Descrição dos rios Pará, Curupá e Amazonas	78

LISTA DE SIGLAS

ABNRJ	Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
AGI	Archivo General de Indias (Sevilha, Espanha).
AGS	Archivo General de Simancas (Valladolid, Espanha)
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa, Portugal)
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal)
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão (São Luís, Brasil)
BNE	Biblioteca Nacional de España (Madri, Espanha).
CASGS	Coleção de Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa
FBN	Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Brasil)
NA	Nationaal Archief (Haia, Holanda).
RIC	Revista do Instituto do Ceará
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
WIC	Companhia de Comércio das Índias Ocidentais
VOC	Companhia de Comércio das Índias Orientais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
AS FONTES	18
HISTORIOGRAFIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	20
A PRESENÇA DA NOVA HISTÓRIA MILITAR.....	23
1. CAPÍTULO I – O ATLÂNTICO NEERLANDÊS	26
1.1 REBELIÃO CONTRA A MONARQUIA HISPÂNICA.....	26
1.2 GUERRA NO ATLÂNTICO EQUATORIAL.....	28
1.3 EXPERIÊNCIAS IBÉRICAS E NEERLANDESAS NO ATLÂNTICO.....	31
1.4 EXPERIÊNCIAS DE GUERRA ENTRE O ESTADO DO BRASIL E ESTADO DO MARANHÃO.....	38
2. CAPÍTULO II – AMAZÔNIA HOLANDESA NO SEISCENTOS	44
2.1 PIRATARIA HOLANDESA E COOPERAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA.....	44
2.2 A GUERRA FLUVIAL NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO PARÁ.....	50
2.3 COMÉRCIO E ROTAS TUPINAMBÁ.....	56
3. CAPÍTULO III – AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DE FORTIFICAÇÕES NEERLANDESA	66
3.1 FORTES, FORTALEZAS, CASAS FORTIFICADAS: FORMAS DE ESTABELECIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ....	66
3.2 A CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL E A ENGENHARIA INDÍGENA NO ESTADO DO MARANHÃO SEISCENTISTA.....	72
3.3 AS CONSTRUÇÕES FORTIFICADAS E AS ROTAS DE TRÁFICO DE PRODUTOS PARA EUROPA.....	81
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
FONTES	87
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	92

INTRODUÇÃO

Este estudo é um desdobramento das discussões iniciadas na monografia no período da Graduação, pesquisa então financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, no período de 2014 a 2016, coordenado pelo prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso. O título da monografia foi *A guerra fluvial e a construção de fortificações holandesas no Maranhão e Grão-Pará antes da guerra do Brasil (1615-1637)*. Na ocasião, nosso objetivo era inserir o tema da presença holandesa no Maranhão e Grão-Pará nas tendências historiográficas conhecidas como Nova História Militar e, também, *Atlantic History*. O recorte temático apresentado trata da relação entre neerlandeses¹ e índios do Maranhão, Grão-Pará e do Cabo do Norte, território que poderia ser chamado de “Amazônia Portuguesa” no período da guerra hispano-holandesa.² Para a dissertação, o recorte temporal escolhido foi alterado, compreendendo agora os anos de 1621 e 1641, período em que a guerra mundial entre neerlandeses e espanhóis estava em sua fase mais internacional.³ Nas capitanias ao norte da América portuguesa, uma das consequências da guerra fora a construção de fortificações holandesas no rio Xingu e Amazonas, que funcionara de forma ativa com o auxílio de diversas nações indígenas.

Desse modo, o recorte temporal-espacial se justifica plenamente segundo esse cenário internacional. Assim, em 1621 houve a institucionalização do Estado do Maranhão e Grão-Pará, período em que a Monarquia Hispânica tomou medidas para fomentar a integração e defesa desse território, devido às tentativas de contato e negociação comercial entre navegadores e homens de negócio dos Países Baixos e lideranças indígenas da região. O ano de 1641, marco final do nosso recorte temporal, configura o início da invasão ao Maranhão pelos neerlandeses, começo de uma fase curta de domínio territorial formal destes na Amazônia.⁴ Entretanto, o

¹ O adjetivo neerlandês será utilizado neste trabalho para designar os naturais das Províncias Unidas dos Países Baixos. Utilizaremos também o termo holandês ou batavo para denominar habitantes do mesmo lugar.

² BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³ Ver sobre mais em: CARDOSO, Alírio. *Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644)*. In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva. **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV 2015. p. 36;

⁴ Mário Meireles em seu livro “Holandeses no Maranhão” destaca a conquista da região do Maranhão desde 1637, quando ele cita que, nessa data, os holandeses de Pernambuco tomaram um fortim que estava localizada na capitania do Ceará e foram estendendo a sua conquista até a

objetivo da dissertação é o estudo do período anterior, compreendendo as diferentes estratégias neerlandesas para o Estado do Brasil e para o Estado do Maranhão.

A internacionalização da guerra hispano-holandesa, também conhecida como Guerra dos Oitenta Anos ou Guerra de Flandres, se insere no período da união das Coroas Católicas, conhecido na historiografia brasileira como União Ibérica (1580-1640)⁵. Nessa época, houve uma mudança importante e significativa na política econômica dos Países Baixos que passaram de uma economia local (ou regional) para, ao longo de todo o século XVII, fundar um império mercantil. No ano de 1581, sete dessas províncias que formavam o que se convencionou chamar de Províncias Unidas dos Países Baixos, lideradas por uma oligarquia urbana e por uma atividade marítima crescente, proclamaram-se livres de qualquer dever de vassalagem ao governo espanhol. A partir de então, iniciou-se o que o historiador Charles Boxer chamou de “Primeira Guerra Mundial”, tendo como ponto de partida a tomada e a posse, por parte dos neerlandeses, de áreas estratégicas pertencentes aos espanhóis e aos portugueses ao redor do mundo⁶.

O imperialismo neerlandês pelo mundo teve, portanto, o seu início. No ano de 1621, houve a criação da *WIC* (Companhia das Índias Ocidentais) por iniciativa de um grupo de protestantes pertencentes à Igreja Reformada Holandesa, depois da expiração da trégua de Dozes Anos entre os Países Baixos e o governo espanhol. Este fato implicou em inúmeras hostilidades entre o império Habsburgo e os neerlandeses. Assim, após a criação da *WIC*, os neerlandeses iniciaram de forma mais intensa as retaliações à Monarquia espanhola, realizando incursões em territórios pertencentes a portugueses e espanhóis. O imperialismo neerlandês tem como fundamento a navegação, os acordos com as forças nativas, mas também o

capitania do Maranhão, esse período ficou conhecido na história como a invasão holandesa ao Maranhão (1641-1644). MEIRELES, Mário. **Holandeses no Maranhão** (1641-1644). São Luís: EDUFMA, 1991.

⁵ Entre os anos de 1580 e 1640 ocorreu o que a historiografia convencionou considerar como a maior de todas as uniões de reinos da História Moderna: a União Ibérica. Foi uma união político-administrativa entre os reinos de Portugal e Espanha. GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG.

⁶ Charles Boxer em seu livro “O império marítimo português” caracteriza essa guerra como uma guerra (ou luta) mundial, pois não foi travada apenas na região de Flandres ou na Espanha, mas em regiões distantes como a Amazônia, o interior de Angola, Japão e a ilha de Timor, são exemplos da abrangência dessa guerra. Ele também cita em seu livro esse embate global poderia ser chamada como a 1ª Guerra Mundial, por sua extensão e pelas baixas sofridas no conflito. BOXER. Op. cit.

saque, a pilhagem e a construção de fortificações em determinadas localidades como formas de manter um comércio mais ativo com a comunidade local.⁷

A criação da *WIC* foi um marco importante na história da presença holandesa na Amazônia, uma vez que sua rota de atuação estava bem mais concentrada no “Atlântico Equatorial”, por ser esta região rota natural do comércio da prata hispano-peruana. O período de criação da *WIC* é designado como a época de maior internacionalização da guerra hispano-holandesa. A *WIC* herdou feitorias que haviam sido construídas por companhias particulares no delta Amazônico, sendo que, a partir de 1621, muitas dessas feitorias foram atacadas e destruídas pelo governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará e os viajantes, mercadores, piratas e militares que estavam presentes foram aprisionados e, eventualmente, acabaram retornando às Províncias Unidas com valiosas informações sobre a região e seus habitantes. Estes documentos, hoje, estão depositados nos arquivos holandeses, principalmente o *Nationaal Archief* (Arquivo Nacional de Haia). O principal objetivo da Companhia neerlandesa era levar ao Novo Mundo a guerra de independência dos Países Baixos, atacando assim, os pontos principais do Império espanhol. É importante ressaltar que a Holanda era a província mais rica pertencente às Sete Províncias dos Países Baixos, onde predominavam o calvinismo. Com efeito, a Companhia tinha em seus cargos mais altas pessoas que eram ligadas à Igreja Reformada Holandesa. Logo, é fundamental ressaltar a importância da Igreja Reformada Holandesa na criação da Companhia das Índias Ocidentais (*WIC*).⁸

A Companhia era governada por um conselho de dezenove membros, chamado apropriadamente de “Conselho dos XIX” (*Heren XIX*, em neerlandês). Contava, também, com cinco câmaras que agiam como empresas separadas, cada uma dessas tinham o seu próprio arquivo. As Câmaras de Amsterdam e Zelândia eram as principais e dividiam a presidência do Conselho Supremo.⁹ Com a criação da *WIC*, os projetos neerlandeses e a guerra com o governo Espanhol tornaram-se conflitos mundiais, como já foi dito, chegando até o delta amazônico. Inicialmente, os projetos neerlandeses estavam limitados à construção de entrepostos que eram

⁷ ROSÁRIO, Adagilza Maria Vieira do. **O Brasil filipino no período holandês**. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

⁸ GUZMÁN, Décio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016.

⁹ *Ibid.*, p. 10.

responsáveis pela comercialização de inúmeros produtos, dentre eles: o tabaco, o algodão, a pimenta, as madeiras e muitos outros que tinham valor comercial dentro da Europa. Após esse período, passaram a vislumbrar maiores mercados e territórios, sonhavam em chegar até a prata do Peru e à rota do Caribe. A Amazônia portuguesa naturalmente integrava esse circuito.¹⁰

O conflito mundial hispano-holandês, em pouco tempo chegou à Amazônia. Nela, a guerra pode ser dividida em três fases: 1ª) 1590-1636, período marcado por uma agressiva política de instalação de entrepostos comerciais, auxiliada por fortificações holandesas que tinham caráter militar-econômico-religioso; 2ª) 1637-1644, época de ocupação efetiva do antigo Estado do Maranhão; 3ª) 1645 – 1654, período em que o Maranhão participa da reconquista da América Portuguesa. No entanto, para fins de delimitação do tema proposto, limitaremos esse estudo ao período anterior à chegada do exército dos Países Baixos na região, até 1641. Essa fase foi caracterizada pela construção de fortificações que funcionavam com o auxílio de nações indígenas, em que os neerlandeses necessitavam, para sua manutenção e defesa, de uma política de negociação e comércio constante com os nativos.¹¹

É necessário compreender que para as Províncias Unidas dos Países Baixos, cada parte dessa guerra mundial necessitava de uma sofisticada análise de contexto. Assim, o embate acontecia de maneira diferente em cada lugar. No Estado do Brasil teria assumido características diferentes em relação ao Estado do Maranhão, por exemplo, sendo essa uma das questões fundamentais desse trabalho. A guerra feita no Estado do Maranhão e Grão-Pará era fundamentalmente fluvial, pois deveria acomodar-se aos campos de batalha tropicais e ao uso dos rios. Além disso, as negociações e estratégias envolvendo as nações indígenas eram indispensáveis pela onipresença da floresta e pela necessidade constante do uso da canoa. No Estado do Brasil, por sua vez, a guerra contra os holandeses, a chamada

¹⁰ CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. p. 324.

¹¹ CARDOSO, Alírio Carvalho. Amazônia na guerra hispano-holandesa: comparações com a guerra do Brasil. (1598-1655). In: **Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos / Colonização e mundo atlântico**. Rafael Chambouleyron (Org.). Belém: Editora Açaí. Volume 2. 2015. p. 15-23.

guerra brasílica era prioritariamente terrestre. Os barcos eram utilizados apenas para transporte de mercadorias, e pouco frequentavam as batalhas¹².

É importante enfatizar que aquilo que a documentação chama simplesmente de “Maranhão” não é algo fácil de explicar, segundo a geografia do século XVII. O território considerado Maranhão, já aparece como uma das “capitanias hereditárias”, criadas pelo rei de Portugal D. João III e doadas a pequenos donatários, com o objetivo principal de incrementar a defesa do território e produzir na costa luso-brasileira. Inicialmente, o Maranhão fazia parte de uma cessão de terras que era para ser administrada por três donatários: João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade. Entretanto, apesar de muitas tentativas de ocupação, o Maranhão continuará sendo uma região desconhecida por algum tempo, pelo menos até o governo de Filipe III de Castela (1598-1621).¹³

O Estado do Maranhão ou Estado do Maranhão e Grão-Pará era uma região de enormes proporções, o que hoje em dia corresponderia aos atuais estados da Amazônia Brasileira – Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins -, Piauí, Ceará e Maranhão. Esse território estava dividido, antes de 1621, em algumas unidades administrativas, sendo as duas principais, a “Capitania Real do Maranhão”, cuja capital era a cidade de São Luís, que foi tomada aos franceses no ano de 1615, em uma ação militar que envolveu uma quantidade enorme de pessoas, principalmente os luso- pernambucanos, espanhóis e portugueses; e a outra era a “Capitania Real do Grão-Pará”, cuja capital era a cidade de Belém, que foi fundada por portugueses no ano seguinte, em 1616. Além dessas duas unidades, existiam também outras capitanias de cunho particular que foram obtidas por merecimento real. Eram algumas dessas unidades: Tapuitapera, Ilha de Joanes, Cabo do Norte, Caeté etc.¹⁴

¹² Ver mais: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.; MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013.

¹³ CARDOSO, 2011, op. cit., p. 318.

¹⁴ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012. ; CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. pp. 317-338.

O Estado do Maranhão era considerado a última fronteira entre a América Portuguesa e as Índias de Castela e não era parte do complexo do Atlântico Sul.¹⁵ O Estado do Maranhão não compartilhava os mesmos ventos e correntes oceânicas que formavam a chamada carreira do Brasil. Por isso, a “carreira” que ia ao Estado do Maranhão não pertencia naturalmente ao Atlântico Sul, principalmente pelo ponto de vista de sua localização geográfica, e também pela imposição das correntes oceânicas. As correntes que estavam mais inclinadas para a navegação ao Maranhão eram as correntes do Norte Equatorial e contracorrente Equatorial, o que tornava a Amazônia lusa muito mais próxima do Atlântico Norte.¹⁶ Assim, a viagem de Lisboa para São Luís era considerada rápida para os padrões da época, pois durava apenas cinco semanas, ao compararmos com outros locais da América portuguesa. Era difícil viajar por mar entre o Estado do Brasil e Estado do Maranhão e, pior ainda, era a jornada por terra, já que não existiam estradas de fácil acesso.¹⁷ A única ligação por terra era considerada muito perigosa, através da Serra de Ibiapaba, entre os estados do Ceará e do Piauí.¹⁸

A Amazônia Portuguesa tinha uma singularidade que acabava tornando-a diferente do Estado do Brasil, a permanente presença dos rios, como já foi dito. No Maranhão, os fluxos de água apresentavam uma navegabilidade quase que inigualável, sem comparação com qualquer parte do Estado do Brasil. Foi exatamente essa condição que acabou inspirando muitas ideias e diversas especulações sobre a vocação comercial que essa região teria no contexto do Atlântico Norte. Viajar por estas águas também implicava diversas dificuldades, começando pelo tipo de transporte que poderia adentrar na rede fluvial amazônica. Em função da ecologia da região, o uso de naus de grande calado não era apropriado.¹⁹ A região passou a ser cobiçada e frequentada pelos concorrentes europeus de Espanha e de Portugal. Além de holandeses, eram franceses, ingleses,

¹⁵ Ver mais: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca,2012.; MEIRELLES, Mário. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: EDUUFMA, 1991; BOXER. Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁶ RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Algés: DIFEL, 1992. p. 55.

¹⁷ Ibid., p. 56

¹⁸ LEITE, Serafim (org.). **Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940. p. 27

¹⁹ RUSSELL-WOOD. op. cit., p. 78-79.

irlandeses e, até mesmo, os italianos.²⁰ Numa dimensão mais global, a tomada do Maranhão pode ser compreendida como parte de uma estratégia de defesa da Coroa espanhola, interessada em proteger as zonas ao Norte do Vice-Reinado do Peru²¹. Portanto, o objetivo principal da pesquisa não é fazer uma simples narrativa da guerra hispano-holandesa ao norte da América portuguesa, mas compreender de que maneira se deu o estabelecimento neerlandês nesse território, as suas formas, motivações e objetivos, pensando assim, como se estabeleceram as inúmeras estratégias de contatos, negociação e conflito entre neerlandeses e nativos da região.

Os objetivos específicos são: compreender a importância de nações indígenas no decorrer da guerra hispano-holandesa no delta Amazônico, assim como, compreender quais as motivações e os interesses ao ajudar ou não os espanhóis e neerlandeses na Guerra Fluvial; refletir sobre o modo como se deram as relações de poder que se estabeleceram mediante a “construção/invenção” desse território chamado “Amazônia colonial” no período Seiscentista; pensar as noções de táticas e estratégias de Michel de Certeau e, destarte, compreender como se estabelecem as relações de força no cotidiano, as astúcias e as forma de sobrevivência entre os vários atores dessa história.

AS FONTES

Os documentos utilizados neste trabalho são: requerimentos, cartas, pequenos relatórios da região amazônica a respeito das atividades econômicas e políticas. Estes documentos são do *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Arquivo Geral de Simancas (AGS, Espanha)*, *Arquivo Geral das Índias (AGI, Espanha)*, arquivos da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ – 1904)* e os arquivos Holandeses do *Nationaal Archief (Arquivo Nacional de Haia)*, fragmento da documentação holandesa inserida no livro *Holandeses na Amazônia (1620 – 1650): documentos inédito* publicado no ano de 2016, organizado e apresentado por Décio de Alencar Guzmán e Lodewijk Hulsman. Essa documentação nos permite compreender como ocorriam as experiências humanas e suas configurações no tempo e a percepção sobre o mundo e as pessoas em volta daqueles que escrevem esses relatos. Portanto, as pessoas que estiveram na Amazônia portuguesa,

²⁰ CARDOSO, 2011, op. cit., p. 318-319.

²¹ Ibid., p. 319.

relatavam acerca de riquezas, formas de ocupação do território e como manter alianças com os grupos nativos.

Os requerimentos e ofícios são documentos escritos por oficiais portugueses ou espanhóis e neles constam pedidos como: necessidade de abastecimento, mais soldados para a região, materiais para construção e reconstrução de fortificações etc. Nesse conjunto documental, é interessante ressaltar de que forma portugueses ou espanhóis falam do *outro*. Esse “outro” são indígenas e europeus inimigos, tal como eram os neerlandeses no período. As cartas e os relatórios são documentos que tratam a respeito do território amazônico no século XVII. Neste acervo, constam relatos sobre o controle do território, formas de desenvolvimento da economia local, estabelecimento da conversão dos indígenas, as dificuldades para combater os inimigos europeus e piratas, e sobre a necessidade de destruição das fortificações construídas pelos neerlandeses na região amazônica.

Entre os séculos XVI e XVII, a construção de fortificações tornou-se um verdadeiro instrumento de guerra, pois em um período no qual todas as estradas eram precárias e as tropas, ainda que bem pequenas, tinham dificuldades com a mobilidade, as construções de fortificações eram usadas para bloquear determinadas rotas, que acabavam ditando o curso de uma campanha inteira. Essas fortificações se tornaram um dos símbolos da presença do agente colonizador. Faz-se necessário ressaltar que essas estruturas envolvem processos maiores de estratégias, inicialmente, pela maneira como são construídas; logo depois, pelo exército formado que vive em função da defesa da fortaleza e do território a qual ela foi erguida e, por último, acabavam servindo como base de apoio para o estabelecimento de diversas alianças, principalmente com os indígenas.²² Para tanto, usavam de diversas estratégias para conseguir mais aliados.

Desse modo, esse conjunto documental, em parte inédito, é de grande relevância. Para além de perceber os meandros dessas experiências vividas, é importante para compreendermos de que maneira se davam esses embates no

²² Para uma avaliação mais geral sobre essa participação indígena no cenário do Novo Mundo, principalmente atentando para as alianças com os europeus e a participação em guerras, ver: MEIRELLES, Mário. **Holandeses no Maranhão** (1641-1644). São Luís: EDUUFMA, 1991; MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007. ; POMPA, Maria Cristhina. **Religião com Tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial**. Bauru: Edusc/ Anpocs, 2003; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013; VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Atlântico equatorial, qual a importância da população indígena no estabelecimento dos neerlandeses na região Amazônica e, por fim, a partir disso, refletir sobre o processo de construção desse território por meio das subjetividades desses relatos escritos.

HISTORIOGRAFIA E REFERENCIAL TEÓRICOS

A historiografia sobre a presença holandesa pelos oceanos Atlântico e Índico é extensa, sobretudo nos últimos anos. O impacto dessa presença militar e mercantil é fundamental para a compreensão de certas áreas do mundo, a exemplo das Guianas, da África Ocidental e da costa nordeste da América portuguesa.²³

O historiador Russel-Wood, em seu livro *Um mundo em movimento*, discute essas novas compreensões a respeito da guerra, a partir do século XVI, enfatizando como a expansão ultramarina foi importante para instituir novas práticas bélicas, levada para as diversas conquistas no ultramar. Neste sentido, para Russel-Wood, o mar deve ser considerado o principal contexto de uma história conectada ou de um mundo em movimento²⁴.

Outro conhecido historiador, Charles Boxer, analisa a dimensão dos embates oceânicos entre neerlandeses e espanhóis e a forma como esse confronto resultou uma luta global, chegando até mesmo a chamar o conflito de “Primeira Guerra Mundial”, devido aos embates em muitas áreas do globo, além de ressaltar a importância da navegação oceânica para o comércio e para o poder bélico dos Países Baixos. Por meio dessa navegação, podemos entender como, segundo Charles Boxer, a história se tornou cada vez mais conectada. Para o autor, a expansão holandesa pelos mares foi algo intenso, alavancado por recursos econômicos e por uma indústria de construção naval que estava em crescimento no período. Charles Boxer, ao fazer essa análise, dá ao leitor a noção de que a circulação de informações nos seiscentos é tão importante quanto a circulação de mercadorias²⁵.

Para Serge Gruzinski, é fundamental compreendermos o papel dos mediadores indígenas, pois eram figuras centrais nessa história, desempenhando

²³ Ver mais em: BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961; RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Algés: DIFEL, 1992.

²⁴ RUSSELL-WOOD, op. cit., p.45.

²⁵ BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 121.

papeis importantes no diálogo ou no conflito com o europeu. Esse papel de mediador se dava, também, por conta da capacidade bélica indígena, seu domínio sobre o espaço amazônico e capacidade inventiva. No território da América Portuguesa, os índios exerciam papel relevante na construção, manutenção e proteção de fortificações neerlandesas²⁶. Corroborando essa ideia, o historiador Lodewijk Hullsman ressalta que no Cabo do Norte, atual Estado do Amapá, os índios estabeleceram um enorme comércio que acabou modificando a circulação de mercadorias regionais, sendo que a partir desse contato, esses nativos, muitas vezes, iam para a Holanda, aprendiam o holandês, e passavam a comercializar de maneira satisfatória diversos produtos tropicais de valor na Europa. Os navios holandeses que aportavam na região a essa época, praticavam um sistema de comércio conhecido *retourvracht* (frete de retorno), um sistema considerável rentável e seguro. Os holandeses realizavam o comércio com os índios, muitas vezes instalavam-se em uma casa forte e, logo depois, voltavam com os navios carregados de mercadorias com grande valor agregado²⁷.

Há fundamentos teóricos importantes nesse trabalho, os quais merecem uma atenção especial. Os autores principais com os quais esse trabalho dialoga são Michel de Certeau e Michel Foucault. No caso de Certeau, utilizaremos o livro *A invenção do cotidiano*, sobretudo nas questões pertinentes às noções de região, táticas e estratégias. A noção de “região” nos faz pensar a respeito da forma como foi “construído/fabricado” o território que se entende hoje por “Amazônia Portuguesa”, ou nos termos da época, o Estado do Maranhão e Grão-Pará. A noção de região em Michel de Certeau nos faz refletir sobre as subjetividades dos relatos acerca desse território. Entretanto, entende-se que essas “construções/fabricações” foram feitas a partir de relatos dos cronistas, viajantes, oficiais e jesuítas que chegaram até esse território e, a partir de então, criaram e nomearam essa parte do mundo, bem como seus habitantes²⁸. Assim, para Certeau, o “lugar” é um espaço praticado, um local de vivência que depende das dinâmicas de deslocamentos de um coletivo ou de forma individual para se ressignificar. Desta forma, potencializam-

²⁶ GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. São Paulo/Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014, p. 41-48 / 429-432.

²⁷ HULLSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, vol. VI, nº 1 (2011), pp. 180-181.

²⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. As artes de fazer. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

se os espaços a partir do que dizem sobre ele²⁹. Assim, os relatos criam lugares, institucionalizam-os e os tornam conhecidos, fazendo um constante de trabalho de transformar lugares em espaços ou espaços em lugares. Esses escritos, discursos, relatos ao construírem espaços, acabam criando um leque, portanto, de legitimidades³⁰.

Os agentes sociais dessa história (indígenas, moradores, missionários, militares) constroem o espaço de acordo com suas subjetividades e seu lugar social. Destarte, Michel de Certeau nos faz compreender essa construção/fabricação desse território, pensando em como se dava o imaginário da época e de que forma esses discursos nos auxiliam como base para situar as relações e as fronteiras estabelecidas a partir de então e, por fim, refletir como se desenvolviam as táticas e estratégias nesse espaço, permeado por relações conflituosas.

Pensar o cotidiano não é uma tarefa fácil, pois é nele que o desenrolar da vida acontece e nessa vida cotidiana, existem operações, atos e usos práticos, de objetos, regras, linguagens, historicamente constituídos e reconstituídos de acordo, e em função de situações, de conjunturas plurais e móveis. Pensar as noções de táticas e estratégias de Michel de Certeau é, portanto, compreender como se estabelecem as relações de força no cotidiano, as astúcias e as formas de sobrevivência. Michel de Certeau chama de estratégias, “o cálculo de relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado”³¹. E chama de táticas, “a arte do fraco”³².

A partir dessas noções, nosso trabalho pretende pensar três esferas de interações: entre ibéricos e holandeses; entre ibéricos e índios; entre neerlandeses e índios. Essas três relações se davam por meio de jogos de poder, em que usavam de táticas e estratégias para a construção desse cotidiano e desse espaço. Compreender essas relações é, por conseguinte, pensar a respeito das formas e das alianças dos europeus com os nativos do território amazônico, bem como pensar a conversão dentro desse cotidiano, refletindo a respeito da construção de fortificações neerlandesas na região como estratégia de poder e domínio, também, simbólicos.

²⁹ Ibid., p. 183.

³⁰ Ver mais: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. As artes de fazer. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. p. 183.; POMPA, Maria Cristhina. **Religião com Tradução**: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial. Bauru: Edusc/ Anpocs, 2003.

³¹ CERTEAU, op. cit., p. 93.

³² Ibid., p. 95.

As noções de espaço e região são, da mesma forma, caras a Michael Foucault. Em um de seus textos sobre geografia, inserido no livro *Microfísica do Poder*, o autor nos ajuda a compreender o potencial discursivo da noção de “território” não somente como uma ideia geográfica, mas também como uma noção jurídico-política. O território deve ser pensado como um local de poder e que emana poder. Entender, portanto, que nada é posto, mas são construções que foram surgindo por meio do intermédio de discursos construídos historicamente. Essas metáforas espaciais são tanto geográficas como estratégicas, que nos remetem a campos de poderes, a uma região construída por meio do discurso de saber/poder, discurso esse que legitimou a construção de entidades geográficas. Tais entidades, por vezes, sem correspondente no tempo atual, são produtos de fórmulas de organização do espaço e da política espacial perdidas no tempo.

Michel Foucault, ao explicar acerca da noção de região, e a formação desta por meio de discursos, nos faz refletir a respeito dessa ideia atrelada à construção da “Amazônia Portuguesa” a partir de 1614, atentando para conceitos e noções como território/campos discursivos/poder utilizados em sua obra. Segundo esse teórico, os viajantes do século XVII eram de fato agentes de informações e essas eram consumidas pelas autoridades coloniais. Tomemos como exemplo os neerlandeses, ao se estabelecerem no território amazônico, já sabiam muitas informações sobre essa região, pois consumiam crônicas e mapas de espanhóis e portugueses.³³ A geografia foucaultiana, portanto, nos remete a uma determinada construção de territórios por meio de discursos, tomando como ponto principal as relações de poder estabelecidas³⁴. Por fim, é interessante ressaltar que toda elaboração de uma realidade acaba se tornando um instrumento de poder³⁵.

A PRESENÇA DA NOVA HISTÓRIA MILITAR

Este estudo tem como campo historiográfico a vertente da Nova História Militar. Esta historiografia se desenvolve a partir de estudos pioneiros dos anos 1970, 1980 e 1990, e se diferencia da tendência mais conservadora da antiga

³³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Editora: Vozes. Rio de Janeiro. 2012. p. 148 – 149.

³⁵ Ver mais: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Zonas de encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços. In: **Nos destinos das fronteiras: histórias, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008, pp. 66-79; RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163;

História Militar dos séculos XIX e XX. A História Militar, até então, tinha como características principais a narrativa sobre histórias nacionais, guerras, grandes feitos militares dos seus líderes, as grandes guerras estabelecidas entre nações europeias. A ideia de uma Nova História Militar surgiu na segunda metade do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, atrelada a uma História Social e Cultural, significando, portanto, uma abertura da História para o campo sociocultural, em que a possibilidade de compreensão do campo militar teve um alargamento no que tange às possibilidades da pesquisa na área.³⁶

Os adeptos da Nova História Militar buscam a multidisciplinaridade, com a utilização de novas fontes de pesquisa, além dos tradicionais documentos escritos, e de novos pontos de vista, mais próximos de uma história que buscou perceber não apenas as grandes histórias de guerras, mas o cotidiano, os soldados nos momentos de paz e de guerra etc. A compreensão quanto a essa Nova História Militar é importante para buscarmos nas fontes a participação indígena e dos afrodescendentes, ampliando os estudos sobre o cotidiano das tropas, os conflitos internos, a alimentação, a rotina etc. Historiadores como G. Parker, David Parrot, Stuart B. Schwartz, Russell-Wood e Charles Boxer contribuíram significativamente para essa mudança de paradigmas. No Brasil, temos o livro lançado e organizado por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay chamado de *Nova História Militar Brasileira*, lançado em 2004, como um dos melhores exemplos das mudanças sofridas nesse campo de estudos.

Não é exagero falar sobre uma Revolução Militar, ocorrida a partir do século XVI na Europa e no mundo. No que tange à nova percepção sobre a guerra e o militarismo, esse período é caracterizado por muitos historiadores da Nova História Militar como um período de transformação radical na arte da guerra, principalmente na Europa Ocidental. Não podemos esquecer que nesse período, também, está ocorrendo a formação dos Estados modernos com enormes mudanças organizacionais e de estratégia. Com isso, o campo militar sofre mudanças, as quais

³⁶ Alguns autores que tratam sobre essa Revolução Militar são: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, 2000 pp. 9-33; CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004; PARKER, Geoffrey. **La revolución militar**. La innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

se tornaram uma verdadeira “revolução”³⁷. Essas modificações aconteceram em vários níveis, mas, sobretudo, em cinco aspectos:

- a) Existência e proliferação de armas de fogo e a difusão dessas armas transformou radicalmente a condução das operações de guerra (ofensivas e defensivas);
- b) As fortalezas passam a adotar o traço italiano (*trace italienne*) podendo servir para variados fins estratégicos³⁸, com valorização do uso de bastiões, que acabou substituindo as redes de fortificações que existiam no período medieval;
- c) Houve um declínio excessivo da cavalaria e surgiu, então, a famosa infantaria de guerra;
- d) Houve um aumento expressivo do número de soldados e uma melhor formação dos regimentos;
- e) Houve uma relativa profissionalização e burocratização dos exércitos.³⁹

Este trabalho enquadra-se dentro dessa nova vertente da História Militar, a partir do momento em que analisa a guerra não só pelo viés tradicional, mas utilizando ferramentas que possibilitem pensar questões sociais e incluir diversos atores, não apenas as grandes figuras.

³⁷ PARKER, Geoffrey. **La revolución militar**. La innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800. Madrid: Alianza Editorial, 2002. p. 29

³⁸ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa**: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701). Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006. p. 41.

³⁹ PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700). São Paulo. Editora: Alameda. 2013. p. 178.

CAPÍTULO I O ATLÂNTICO NEERLANDÊS

1.1 REBELIÃO CONTRA A MONARQUIA HISPÂNICA

Nos últimos anos, tem aumentado consideravelmente o número de trabalhos que relacionam a temática da expansão holandesa com outros episódios da *Global History*. Entender a Amazônia seiscentista é compreender, portanto, algo muito mais global do que se imaginava. Essa história estava longe de ser uma narrativa centrada em si mesma, sem relações externas ou de caráter regionalista. Nesse sentido, neerlandeses, portugueses e espanhóis acertavam suas diferenças em conflitos que impactavam outros tantos povos, comunidades, homens e mulheres. Fazendo comércio, exercendo domínio de alguma forma, utilizando-se da mão de obra local, seja por meio de trocas, pelo simples uso da força, ou até mesmo, usando o comércio local para obter lucros internacionais, a expansão oceânica neerlandesa deixava suas marcas.

Os neerlandeses ocuparam, entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, uma enorme fatia do globo, fazendo amigos e inimigos, comércio e contrabando, tendo, portanto, uma ascensão rápida, saindo da condição de subordinados ao reino espanhol para o *status* de superpotência mercantil do século XVII. Os neerlandeses, ao se estabelecerem em qualquer local com potencial mercantil, instituíam uma rígida política administrativa e tributária, fazendo uso de seus conhecimentos adquiridos, desde a época da sua integração à Monarquia Hispânica. É nesse quadro maior que está localizado o tema da presença holandesa na América Portuguesa. Assim, nosso propósito aqui é enfatizar quatro grupos: o espanhol, o português, o indígena e os próprios habitantes dos Países Baixos.

Compreender como se deu a formação dessa potência seiscentista é, dessa forma, perceber as vicissitudes do Império Espanhol, entre os séculos XVI e XVII. Os tópicos a seguir pretendem discutir alguns aspectos desse conflito, compreendendo o contexto mundial no momento da separação entre as Províncias Unidas e a Monarquia Hispânica.

A formação dos Países Baixos perpassa toda a história de enfrentamento com a Espanha, e posteriormente com Portugal, sendo que a partir do momento da unificação das Coroas, por meio da União Ibérica (1580-1640), esse enfrentamento começou a ocorrer de forma mais intensa e mais institucionalizada, principalmente a

partir da criação das Companhias de Comércio, Oriental e Ocidental. Essas companhias, como veremos a seguir, tinham a finalidade de atacar as possessões pertencentes à Monarquia Hispânica, assim como fragilizar de todas as maneiras as Coroas ibéricas. Sendo assim, da formação dos Países Baixos até a criação das Companhias de Comércio, tudo parece ser uma narrativa sobre a própria mundialização dos conflitos europeus entre o final do século XVI e início do século XVII. Tal como destaca Charles Boxer: “A guerra foi travada não só nos campos de Flandres e no Mar do Norte, como também em regiões tão remotas como o estuário do Amazonas, o interior de Angola e a Ilha de Timor e a Costa do Chile”.⁴⁰ Um dos objetivos desse tópico é fazer uma avaliação desse processo.

Os neerlandeses sabiam que dominavam lugares bem diferentes uns dos outros. Em cada uma das terras tomadas pelos Países Baixos, por meio das suas Companhias de Comércio, a contenda assumiu um aspecto diferente relativamente à manutenção do território e aos projetos comerciais, mas também no que diz respeito ao aparato militar para conservação e defesa⁴¹. Para entender toda a história concernente à separação das Províncias dos Países Baixos, a formação das Companhias de Comércio, os ataques às possessões pertencentes à Monarquia Hispânica, é preciso perceber as vicissitudes dessas histórias e toda a sua construção, como se fosse um tabuleiro de xadrez, em que as narrativas se conectam.

As companhias de comércio (*VOC* – Companhia das Índias Orientais e *WIC* – Companhia das Índias Ocidentais), criadas no século XVII, foram um resultado da expansão neerlandesa pelo mundo. Desde o século XVI, com o início da separação da Espanha dos Habsburgos, as Províncias do Norte já iniciaram sua retaliação⁴². Como bem ressalta Rômulo Alexandre:

Bem antes da criação das duas companhias, ainda no século XVI, tornaram-se os Países Baixos independentes da Espanha dos Habsburgos. A dura política de impostos aplicadas por Filipe II e pelo seu representante naqueles países, o Duque de Alba, fez surgir um movimento de reação que, depois de uma longa guerra civil, iniciada em 1566, dividiu os mesmo em duas nações. Desta forma, os burgueses sob influências calvinistas do norte

⁴⁰ BOXER, 2002. op. cit., p. 120.

⁴¹ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **Pelo Lucro da Companhia**: aspectos da administração no Brasil Holandês, 1630 – 1639. Recife: o autor, 2004. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, História. p. 37.

⁴² Ver mais em: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 120-121.; NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **Pelo Lucro da Companhia**: aspectos da administração no Brasil Holandês, 1630 – 1639. Recife: o autor, 2004. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, História. p. 30.

e formaram a União de Utrecht, em 1579. Pouco a pouco, os Países Baixos do Sul foram se curvando ao rei da Espanha, tendo-se transformado nas “províncias obedientes”⁴³

Existiam diferenças enormes entre as Províncias do Norte e as do Sul, essas distinções se traduziam na religião e na orientação política de seus governos e governantes. As Províncias do Norte foram, aos poucos, adotando uma postura mais hostil e pragmática com relação aos espanhóis, lançando-se ao mar com o apoio de uma ativa burguesia. A Reforma Protestante teve grande importância no desenrolar da rebelião, em função das divergências com um império tradicionalmente católico. Com efeito, a união de Utrecht foi criada a partir de 1579, ratificando a constituição e criação de um regime federativo que passou a ser chamado de Províncias Unidas dos Países Baixos. Foram, portanto, as Províncias do Norte as que fizeram a rebelião contra a política abusiva de arrecadação de impostos praticada pelo Duque de Alba, renda utilizada na guerra contra os possíveis seguidores de Lutero e Calvino.

As Províncias rebeldes do Norte eram constituídas por sete províncias, sendo elas: Holanda, Zelândia, Utrecht, Guelderland, Overijssel, Groningen e Frísia. Essas províncias passaram a assumir uma política mais hostil em postos pertencentes ao Império espanhol. Como afirma o historiador Rômulo Alexandre: “antes mesmo da criação das Companhias das Índias Orientais (1602) e Ocidentais (1621), os holandeses haviam acumulado toda uma experiência com a navegação”. A experiência naval já era considerável, pois começaram a realizar experimentos em todas as partes do Globo como o Mar Báltico e do Norte, assim como na América, especialmente no Brasil. Iniciou-se, portanto, a guerra contra o Império Espanhol⁴⁴.

1.2 GUERRA NO ATLÂNTICO EQUATORIAL

Os neerlandeses já tinham passagem pela América portuguesa, como dissemos. Podiam circular livremente nessas terras, devido ao limitado poder de vigilância da marinha portuguesa. Como se sabe, o próprio negócio do açúcar tinha participação ativa dos holandeses, anterior a 1630. Antes de serem inimigos, neerlandeses e portugueses tinham uma certa parceria em solo americano, desde o

⁴³ NASCIMENTO, op. cit., p. 30-31.

⁴⁴ Ver mais em: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 120.; CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017. p. 25.

século XVI. Assim, existia o comércio formalizado entre os dois povos, bem como existia o comércio informal, representado aqui na figura de piratas e corsários, pouco conhecidos, ainda, da historiografia brasileira⁴⁵. Os ataques mais diretos às terras portuguesas ocorrem a partir de 1620.

A constituição da União Ibérica já foi discutida por muitos pesquisadores, mas é um tema de renovado interesse hoje em dia⁴⁶. Assim, a União Ibérica surgiu da reclamação ao trono, por parte de Filipe II, de Castela, que acabou resultando da morte prematura do rei D. Sebastião, na batalha de Alcálcer Quibir (04 de agosto de 1578), restando, após a morte do rei, o último da dinastia de Avis, o rei D. Enrique, já envelhecido e combalido⁴⁷. Após a reclamação agressiva de Filipe II ao trono luso, praticamente todas as possessões e portos ibéricos passariam a ser invadidos e tomados pelos neerlandeses.

A ideia de união dinástica já foi discutida por muitos historiadores em períodos diferentes e este não é um conceito inteiramente novo. A união e/ou reunião de países e reinos sob o governo de um só rei já fora utilizada outras vezes, em outros países. O conceito é caro a John Elliot, que chamou esse princípio de *aequer principaliter*. Nesse sentido, a União se daria a partir da promessa e garantia da preservação da identidade dos povos anexados, assim como a permanência de usos e costumes locais. O mesmo ocorreu, aliás, entre os reinos da Inglaterra e País de Gales, no século anterior. Destaca-se, por fim, a importância dessa união na garantia da ideia de “conformidade”, conservação e segurança, característica que era inerente ao jogo dinástico internacional⁴⁸.

Esse foi um período em que houve larga distribuição de mercês e títulos nobiliárquicos, se comparado com o período da Dinastia de Avis no poder. Essa distribuição não ficou restrita apenas aos cargos grandes ou às pessoas da Corte,

⁴⁵ MELLO, José Gonsalves de. A presença holandesa no Brasil. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de, (orgs). **História Geral da Civilização Brasileira à Época colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 122-123.

⁴⁶ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017; GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014; MARQUES, Guida. O estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, nº. 27 (2002), pp. 7-35.; ROSÁRIO, Adagilza Maria Vieira do. **O Brasil filipino no período holandês**. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

⁴⁷ CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017. p. 26.

⁴⁸ ELLIOTT, John. **Espanha, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)**. Madrid: Taurus, 2009, p. 34-35.

mas houve também aumento de mercês e honrarias a funcionários de menor escala e aos índios *principais*, tudo em favor do esforço de guerra contra os holandeses.⁴⁹ Dessa forma, pensar sobre a União Ibérica é refletir sobre a forma globalizante dos acontecimentos ocorridos no período, segundo Charles Boxer, capazes de unificar lugares tão afastados como Macau e Potosí.⁵⁰

Era evidente, portanto, que a estratégia holandesa era atacar qualquer área do mundo que fosse importante para o Império espanhol. Além disso, em vez de combaterem os espanhóis na Europa, em Flandres, os neerlandeses poderiam tirar lucro dessa estratégia, com os recursos econômicos das invasões⁵¹. Em cada um dos lugares que os neerlandeses chegavam, evidentemente, que a contenda assumiria uma forma diferente. A luta entre neerlandeses e ibéricos, como destaca Charles Boxer, iniciou-se nas investidas contra a região de São Tomé e Príncipe, em 1598, passando por outras áreas próximas. O historiador ainda destaca que foi uma longa guerra colonial, e que tomou forma de uma luta por três pontos principais, “(...) pela comercialização das especiarias asiáticas, pelo tráfico de escravos da África Ocidental e pela importação e revenda do açúcar brasileiro”.⁵²

Dessa maneira os ataques holandeses às possessões portuguesas ocorriam de formas variadas, medida das forças envolvidas no conflito. Boxer ainda ressalta que as possessões pertencentes a Portugal estavam quase sempre mais expostas, de maneira que elas eram “mais vulneráveis do que o México e o Peru, os vice-reinos espanhóis voltados para o interior, que não podem ser dominados – nem mesmo seriamente ameaçados – tão somente por mar.”⁵³ Por isso, faz-se necessário refletir sobre a guerra hispano-holandesa também na sua dimensão oceânica. Logo, em nosso caso, o Atlântico merece um capítulo à parte.

⁴⁹ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica**: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655). 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. As artes de fazer. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.; POMPA, Maria Cristhina. **Religião com Tradução**: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial. Bauru: Edusc/ Anpocs, 2003.;

⁵⁰ BOXER, 2002, op. cit., p. 121-122.

⁵¹ Ver mais sobre o tema em: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.; EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlântico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafío Holandés al dominio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23. GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014.

⁵² BOXER, 2002, op. cit., p. 124.

⁵³ Ibid. p. 123.

1.3 EXPERIÊNCIAS IBÉRICAS E NEERLANDESAS NO ATLÂNTICO

No início do século XVII, as Províncias Unidas já eram consideradas prósperas e totalmente independentes. A expansão dos Países Baixos, como afirma Charles Boxer, foi rápida, de sorte que passavam a constituir preocupação central para as nações concorrentes, a ponto de enfrentarem grandes potências da época, sobretudo, Portugal e Espanha. A maioria dos assaltos às possessões ibéricas era fruto, ironicamente, da experiência adquirida em anos de vassalagem em relação à Castela. Como afirma Charles Boxer:

Ao findar-se a primeira década do século XVII, formavam as Províncias Unidas dos Países Baixos uma nação independente. A trégua de doze anos assinada com Espanha em 1609 era o reconhecimento tácito de derrota por parte desta última. Verdade é que, até 1648, não havia a monarquia espanhola abandonado formalmente as suas pretensões à soberania sobre a Holanda setentrional; mas de há muito não eram elas levadas a sério pelo resto do mundo. Se a luta ao longo da fronteira de Flandres se havia atolado num empate sem decisão, a expansão fenomenal através dos oceanos mostrava claramente que uma nova força, de primeira ordem, despontava nos Países Baixos, junto ao mar do Norte.⁵⁴

A partir de então, as Províncias Unidas passaram a investir na construção naval em uma escala bem maior, procurando a exploração de novos circuitos de navegação. Essa ação tinha um caráter também militar.⁵⁵ Assim, a expansão e internacionalização dos Países Baixos podem ser definidas em dois períodos: em primeiro plano, após a sua independência, e conseqüentemente nos primeiros embates em terreno europeu; e o segundo período, já no século XVII, com a criação das Companhias de Comércio (1602 e 1621). Essas Companhias de Comércio seguem uma tendência mundial no que diz respeito a empreendimentos oceânicos, com algumas finalidades específicas. As companhias neerlandesas de comércio tinham dois objetivos principais: o primeiro deles era obstruir todas as fontes de renda da Monarquia espanhola; o segundo objetivo era necessariamente de caráter militar, com a tomada de fortificações ultramarinas, ações essas revestidas por teor de revide aos espanhóis⁵⁶.

⁵⁴ BOXER, 1961, op. cit., p. 1.

⁵⁵ Ver mais em: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

⁵⁶ Ver mais em: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.; CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. **Hispania**, vol. LXIV, nº 216. janeiro-abril, 2004.

As primeiras conquistas dos neerlandeses no Oriente foram anteriores à criação da Companhia de Comércio das Índias Orientais (*VOC*), em 1602. Na ocasião, surgiram algumas companhias anteriores, consideradas pré-companhias ou *voor-compagnies*. Também foram criadas companhias formadas por grupos privados pertencentes aos financistas de Amsterdã. Essas pré-companhias foram um ensaio, ou laboratório, para que fossem criadas, mais tarde, as duas principais companhias neerlandesas. Dentre essas, a *VOC*, *Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, em neerlandês, era considerada a mais agressiva, promovendo uma política extremamente rígida de monopólio sobre os principais produtos asiáticos, assim como controlando pontos estratégicos como Ceilão, Macau, Malabar.⁵⁷ Infere-se, portanto, que a Companhia de Comércio Oriental tinha sua base pautada na atividade mercantil, bem como na abrangência de seu poderio militar, e em um esforço de ocupação de territórios. A partir de seu estabelecimento, era sempre necessário pensar a singularidade da região para que esse estabelecimento ocorresse da melhor forma.⁵⁸

Ao longo das primeiras décadas do século XVII, a *VOC* já era um perigo real para Castela. Durante todo esse tempo, formou-se um quadro bastante complexo, pois todos os pontos atacados pelos neerlandeses acabavam se interligando, apesar de suas peculiaridades, construindo uma rede alimentada pela guerra. Nesse quadro, houve formação de novos domínios, fortificações, alianças, rotas comerciais e circulação de novas mercadorias.⁵⁹ No Oriente, o conflito teve um percurso diferente do que irá acontecer na América Portuguesa. A autonomia de negociação sobre os entrepostos comerciais era bem maior, como ressalta Sanjay Subrahmanyam, no seu estudo sobre o Golfo da Bengala. Subrahmanyam considera que o caráter mundial dos embates entre holandeses, portugueses e espanhóis ganhou na Ásia tons mais complexos em função da participação das elites nativas

pp. 117-156.; CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; GUZMÁN, Dêlcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650): documentos inéditos**. Belém: IOE, 2016.

⁵⁷ NASCIMENTO, op. cit., p. 42.

⁵⁸ Ver mais sobre o tema em: BOXER. Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; CARDOSO, Alírio. "A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)". São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. pp. 317-338.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701)**. Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006.

⁵⁹ BOXER, 2002, op. cit., p. 120.

nesse cenário. Uma outra grande diferença, antes e depois da Companhia, seria o capital empregado, muito maior em comparação com o que vai ocorrer nas Américas com a *WIC*.⁶⁰

A luta global entre neerlandeses, portugueses e espanhóis passou por um período considerado de arrefecimento, período esse anterior à constituição da Companhia de Comércio Ocidental (*WIC*), em 1621. A historiografia espanhola costuma designar esse período como a *Pax Hispanica*, marcado pela desmobilização do exército de Flandres, na Europa, e pelos inúmeros acordos de paz celebrados entre Espanha e seus adversários mais ativos. Entretanto, como afirma Alírio Cardoso, não parece nada razoável considerar esse período como uma era pouco belicista, sobretudo, quando se compara a Europa com outros pontos do mundo, principalmente com a América.⁶¹

De fato, foi durante a *Pax Hispanica* que todo o sistema de defesa espanhol se tornou ainda mais organizado, com uma administração mais racional de todos os recursos disponíveis. Desse modo, esses anos podem ser considerados como um período mobilização, de manutenção de uma unidade política e de respostas às inúmeras ameaças dos concorrentes, como Inglaterra, França e, principalmente, os Países Baixos. Nesse sentido, a criação da *WIC* teve seu ensejo. Seus objetivos eram similares a *VOC*, invadindo regiões relevantes segundo a estratégia de debilitar Castela, comercial e militarmente.⁶²

A constituição da *WIC* foi uma tentativa de ampliar os empreendimentos das Províncias Unidas, avançando para o território americano. Se comparada com as atividades empreendidas pela *VOC* no Oriente, as atividades desenvolvidas por sua irmã no Atlântico eram menos arriscadas e mais fáceis no que tange às possibilidades de obtenção de lucros, seja no tráfico de produtos locais ou na

⁶⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Guerra e Comércio**: A presença portuguesa no Golfo da Bengala (1500-1700). Lisboa: Edições. 1989.

⁶¹ CARDOSO, 2017, op. cit., p. 27-28.

⁶² Ver mais sobre o tema em: BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.; CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica**: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655). 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafío Holandés al dominio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23.; ROSÁRIO, Adagilza Maria Vieira do. **O Brasil filipino no período holandês**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.;

proximidade com a rota da prata hispano-peruana.⁶³ Como ressalta Bruno Miranda, sobre a constituição da Companhia de Comércio Ocidental, seu objetivo mais importante era “minar as bases da economia ibérica que alimentavam o império”.⁶⁴ Certo era, por outro lado, que uma das atividades principais da *WIC* era atingir o coração financeiro do império espanhol, a rota de distribuição da prata peruana, entre o Caribe e o porto de Sevilha. O próprio estatuto da *WIC* apontava para a realização de comércio com os naturais das terras conquistadas e obtenção de mercadorias locais, assim como a promoção de guerra, se necessário, para alcançar os objetivos pensados⁶⁵. Sobre o tema, Charles Boxer já havia dito que:

O clero calvinista defendeu o projeto com calor, de modo que, após vivos debates, a Companhia das Índias Ocidentais foi formalmente incorporada por uma carta-patente data de 03 de junho de 1621. A companhia agora constituída tinha confessadamente como objetivo a colonização e o comércio mediante a conquista. [...] A concessão de 03 de junho de 1621 dá a Companhia, durante vinte e quatro anos, o monopólio do tráfico e da navegação, e bem assim da conquista e do comércio, em todas as terras situadas num lado do Atlântico, entre a Terra nova e o Estreito de Magalhães, e, no outro lado, entre o trópico de Câncer e o cabo da Boa Esperança.⁶⁶

De fato, a *WIC* se tornou agressiva nos seus primeiros anos, atacando todas as posses ibéricas e usando de todo seu aparato militar para ganhar terreno. No que diz respeito ao açúcar brasileiro, por exemplo, os neerlandeses passaram de simples distribuidores do produto no cenário europeu a controladores de todo o processo produtivo. Chama a atenção o controle sobre as áreas de cultivo, combinado com o gerenciamento do capital necessário para aquisição de mão de obra escrava. As Províncias Unidas calculavam que o investimento com a conquista militar e manutenção da região açucareira do Brasil custaria cerca de 2,5 bilhões de florins aos cofres neerlandeses, enquanto que, com relação aos lucros, estes

⁶³ Ver mais sobre a *WIC*: BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.; CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do Exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese de doutorado (História). Universitet Leiden, 2011.

⁶⁴ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do Exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese de doutorado (História). Universitet Leiden, 2011, p. 1.

⁶⁵ BOXER, 1961, op. cit., p. 9.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 9-10.

poderiam chegar até oito milhões de florins, ou seja, a região do açúcar brasileiro seria um ponto importante de obtenção de lucros para a companhia⁶⁷.

A *WIC* promovia, também, um sistema de alianças com os nativos, sobretudo, com as lideranças. Essa rede de interesses possibilitou a construção de fortificações e o abastecimento das tropas e navios. Ao mesmo tempo, as câmaras holandesas deram poderes à Companhia para estabelecer áreas de conquista onde fosse necessário, sobretudo, nas regiões mais afastadas da vigilância espanhola, mas que teriam potencial de lucro.⁶⁸

Em termos de organização interna, a *WIC* estava dividida em cinco câmaras regionais, distribuídas da seguinte forma: Amsterdam, Zelândia, Maas, Zona-Norte, Friesland. Cada câmara regional tinha seu próprio diretor, a qual era escolhido pela cidade sede entre os principais acionistas da empresa. A administração da Companhia das Índias Ocidentais era constituída por dezenove membros diretores, ou “senhores” (*Heeren XIX* em neerlandês). Esses diretores deveriam se reunir de forma alternada em Amsterdam e em Middelburg em um período de oito anos. Uma das propostas que mais obteve apoio dos Diretores da *WIC* e dos Estados Gerais foi o plano de conquista da América Portuguesa, como resume Charles Boxer:

A proposta que logrou maior apoio dos Heeren XIX e dos Estados Gerais foi a de um plano de conquista do Brasil. Muitos e variados foram os argumentos de apoio deste empreendimento, mas podem ser sumariados da seguinte maneira. Sendo o Brasil colonizado pelos portugueses, sabidamente indiferentes ou hostis aos soberanos espanhóis, deveria ele ser mais fácil de conquistar do que qualquer colônia da Espanha, mormente tendo-se em vista que os portugueses eram inferiores aos espanhóis como soldados e muitos menos experimentados do que eles.⁶⁹

Assim, a conquista da América Portuguesa seria uma grande possibilidade de lucros, considerado pelos neerlandeses como um território próspero pelo comércio do açúcar. Inicialmente, como se sabe, a invasão à cidade de Salvador, em 1624, foi o primeiro grande ensaio para a conquista de toda a América lusa⁷⁰.

⁶⁷ MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

⁶⁸ BOXER, 1961, op. cit., p. 11.

⁶⁹ Ibid., p. 20.

⁷⁰ Ver mais sobre o tema em: BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.; MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.; MARQUES, Guida. O estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, nº. 27 (2002), pp. 7-35.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra**: origem, cotidiano e resistência dos soldados do Exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Tese de doutorado (História). *Universitet Leiden*, 2011.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**: Poder e política na Bahia

Entretanto, essa invasão durou apenas um ano e acarretou grandes prejuízos para a *WIC*, principalmente por conta da reação dos espanhóis que deslocaram uma poderosa armada internacional sob o comando de D. Fadrique de Toledo Osório, recuperando rapidamente o território. Entretanto, a *WIC* já tinha um novo plano de ataque. Seria a vez de tomar posse da capitania de Pernambuco. Olinda e Recife foram rapidamente conquistadas no ano de 1630. Sobre a invasão e permanência da *WIC* nestas paragens, Bruno Miranda lembra que “Entre os anos de 1630 e 1654, as tropas das Companhias das Índias Ocidentais ocuparam as principais praças costeiras do Nordeste do Brasil, em sua maioria importantes locais de penetração do território produtor do açúcar”⁷¹. Além disso, com essa conquista, os neerlandeses tinham um sistema de portos a sua inteira disposição, com os quais poderiam atingir outros alvos. A invasão a Pernambuco foi nada mais que um capítulo do projeto neerlandês de tomada de portos ibéricos, ação idealizada para fragilizar espanhóis e portugueses e, assim, franquearem outros locais de comércio.

Outro aspecto importante sobre o conflito hispano-holandês na América diz respeito ao estilo das batalhas. A forma de acontecimentos de uma guerra na América Portuguesa teria que sofrer adaptações por inúmeros motivos, pois a guerra conduzida na Europa era diferente daquela realizada em solo americano.⁷² Em um contexto mais global, este é um período de redefinição da prática da guerra e das formas de guerrear, fenômeno que alguns historiadores chamam de “Revolução Militar”.⁷³ De qualquer maneira, a arte militar passa por inúmeras mudanças que são consideráveis, seja no armamento ofensivo utilizado à época; no uso do mosquete e do arcabuz, ou até mesmo na forma de organização da infantaria, com o aumento

colonial (1548-1700). São Paulo. Editora: Alameda. 2013.; ROSÁRIO, Adagilza Maria Vieira do. **O Brasil filipino no período holandês**. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

⁷¹ MIRANDA, op. cit., p. 2-3.

⁷² Ver mais sobre as formas de se fazer a guerra: CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; MELLIO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.; POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil**. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013.

⁷³ Para uma análise do conjunto: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, 2000.; CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; PARKER, Geoffrey. **La revolución militar**. La innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800. Madrid: Alianza Editorial, 2002.;

de artilheiros e de pessoas recrutadas para guerrear. Além disso, foi um período de inúmeras inovações técnicas e de maior valorização da infantaria.⁷⁴

Existem diferenças relevantes na forma como os neerlandeses atuaram em diferentes lugares da América Portuguesa. De fato, as Províncias Unidas tinham consciência dos diferentes cenários que apresentavam ao comércio e à eventual conquista territorial. Estas diferentes condições, sejam elas econômicas, militares, geográficas, geopolíticas, culturais não eram negligenciadas, e as próprias crônicas produzidas pelos neerlandeses na época chamam atenção para a necessidade de uma ação adaptada a cada caso específico.⁷⁵

A guerra, por exemplo, deveria acomodar-se à realidade dos campos de batalha existentes em cada localidade, tal como explica Evaldo Cabral de Melo “o emprego da cavalaria e da artilharia, a engenharia militar e a seleção das armas mais apropriadas constituem aspectos importantes da adaptação da guerra europeia às condições do Nordeste”.⁷⁶ Assim, o modelo da “Guerra de Flandres”, que era caracterizada como guerra de posições ou até mesmo guerra de sítio, que tinha como objetivo principal a tomada de praças-fortes, era de pouca utilidade quando se tratava da ecologia lusa americana. Na América, todos os combates deveriam abandonar qualquer ortodoxia, que ainda marcava a arte militar na Europa, fortemente ligada a instituições como a cavalaria, inviáveis em solo americano. Ao mesmo tempo, existiam também diferenças importantes entre as guerras desenvolvidas no Estado do Brasil e na Amazônia, como veremos mais adiante.⁷⁷

Dentre as diferenças entre a guerra europeia e a guerra lusa americana, a participação nativa é a mais relevante. Para Pedro Puntoni, por exemplo, a arte militar no Estado do Brasil foi marcada pelo tema da participação indígena, e necessidade de reforçar o trato ou negociação com suas lideranças.⁷⁸ Sobre o tema, Evaldo Cabral de Melo é taxativo: “Nas atividades bélicas propriamente ditas, não se limitavam os índios às emboscadas e assaltos, preparando armadilhas, fojos e

⁷⁴ PARKER, op. cit., p. 29.

⁷⁵ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlântico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafio Holandés al dominio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23.;

⁷⁶ MELLO, E. op. cit., p. 264.

⁷⁷ CARDOSO, Alírio. Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva. **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV 2015. p. 44.

⁷⁸ PUNTONI, op. cit., p. 177-178.

estrepes à maneira dos que deitavam por caminhos e veredas na captura de animais bravios”.⁷⁹ Portanto, a influência militar do índio não se deu apenas no uso de contingentes de guerreiros, mas também em diversos outros aspectos.⁸⁰ No caso da Amazônia, tal como veremos mais adiante, essa influência será ainda mais abrangente e sistemática.

Em geral, os neerlandeses tinham presença anterior em muitos dos lugares que conquistariam, a partir de 1620. É o caso da Amazônia Portuguesa, cujas primeiras experiências com o comércio neerlandês datavam da década de 1590. Os Países Baixos, nos anos de 1630, contavam com muita informação acumulada sobre Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte, sobre seus produtos, caminhos, suas defesas ou a falta delas. Desse modo, muitas das iniciativas holandesas, nos primeiros anos de conquista, têm relação com experiências anteriores, relatadas em cartas e crônicas pelos negociantes, navegadores e aventureiros ao Supremo Conselho (*Heren XIX*).

1.4 EXPERIÊNCIAS DE GUERRA ENTRE O ESTADO DO BRASIL E ESTADO DO MARANHÃO

Entre os séculos XVI e XVII, os neerlandeses se fizeram presentes em grande parte do território da América Portuguesa. Este fato criou um grande desafio para a Monarquia Hispânica, pois em cada região que os batavos chegavam, utilizavam-se de estratégias diferentes para atuar. No que se refere à guerra na América lusa, existiam diferenças relevantes na forma como os neerlandeses se organizavam no Estado do Brasil e na Amazônia Portuguesa. Logo, a expansão neerlandesa pela América deve ser avaliada e entendida a partir de características próprias de cada região afetada, levando-se em consideração sempre a dimensão global do conflito.

⁷⁹ MELLO, E. op. cit., p. 200.

⁸⁰ Ver mais sobre o papel desses indígenas em guerra: BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitânicas do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.; CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.; MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História e do indigenismo**. Tese de Livre Docência (História) apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001.; POMPA, Maria Cristhina. **Religião com Tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial**. Bauru: Edusc/ Anpocs, 2003.; VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A guerra de Flandres, ou guerra de posições; a Guerra no Estado do Brasil, ou guerra lenta, e, ainda, a guerra no Estado do Maranhão, guerra fluvial, são alguns dos exemplos de como poderia ser múltipla a resposta dos holandeses a cada região específica. São polos de resistência em cada localidade. Existia, também, em cada região, uma perfeita mesclada da nova arte militar com técnicas de guerrilha. A seguir, trataremos, principalmente, das formas como se apresentavam as guerras no Estado do Brasil e no Estado do Maranhão.

Para fazer esta análise se faz necessária uma reflexão a partir de quatro pontos de diferença: a condição ecológica de cada região; a composição majoritária dos exércitos formados; o uso de soldados nativos na composição das forças; e, por último, os objetivos geopolíticos de cada localidade. Segundo Evaldo Cabral de Melo, para a guerra colonial na América Portuguesa, o modelo de guerra europeia era irrelevante.⁸¹ As condições no Estado do Brasil eram diferentes da Europa, a começar pela sua ecologia, assim como pelo emprego da cavalaria e da artilharia. O autor ainda afirma que,

No tocante às armas de fogo, a guerra volante e o combate individual privilegiaram a espingarda sobre o mosquete e o arcabuz [...] As armas de fogo dos luso-brasileiros eram majoritariamente arcabuzes e espingardas de perderneira, mais leves que os mosquetes, de que, via de regra, armavam-se índios e africanos.⁸²

As armas utilizadas no Estado do Brasil apresentavam inúmeros problemas, principalmente devido ao clima local e ao manejo inadequado do equipamento. Nesse sentido, o próprio arcabuz era inconveniente, pois poderia arrebentar em razão do calor. Assim, a guerra no Estado do Brasil diferia em quase todos os aspectos da guerra acontecida na Europa, assim como da guerra na Amazônia Portuguesa. Grande parte das estâncias de controle de emboscada da guerra era feita por índios, em ambos os lados da guerra. Na Europa, a guerra se fazia com uma movimentação das tropas em campo aberto, onde os soldados eram disciplinados a fazer determinada ação, obedecendo a uma certa distância. A arte da guerra na Europa tornou-se, de uma certa maneira, uma forma de romper sítios. No Estado do Brasil, existiam muitos soldados mobilizados em tropas regulares, comandantes e oficiais, mas grande parte da população, em ambos os lados da

⁸¹ MELLO, E. op. cit., p. 259

⁸² Ibid., p. 280-281.

guerra, eram nativos recrutados como “flecheiros”.⁸³ Pedro Puntoni, ressaltando a diferença das guerras em cada localidade, afirma que:

A guerra brasílica diferia das técnicas tão em voga na Europa moderna. Já no início do século, o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, no cimo de seus 60 anos de vida, muitos em batalhas e em tratos com os índios, explicava a seu camarada Diogo de Campos Moreno, em alusão à sua experiência europeia, que esta guerra que faziam aqui no Brasil na era “guerra de Flandres”, isto é, à moda europeia. O uso dos índios e de sua arte militar era essencial.⁸⁴

A guerra brasílica de Jerônimo de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar europeia, pois a guerra no Estado do Brasil, além da obrigatoriedade em ter que se adequar à ecologia local, era necessária uma união adequada entre o uso das linhas regulares e o uso das linhas auxiliares, isto é, as ordenanças dos soldados europeus que participavam da guerra, sendo reforçados pelo auxílio importantíssimo do elemento nativo.⁸⁵ Na Amazônia Portuguesa, a manutenção da guerra ocorria de forma totalmente diferente, a começar pelo fato de ser uma guerra prioritariamente fluvial, em que o uso da canoa indígena era fundamental como embarcação de transporte ou como barco de guerra. A chuva e umidade eram outros fatores a não favorecerem os europeus que usavam a pólvora negra da época. Por isso, a umidade excessiva existente no território Amazônico trouxe inúmeros problemas para a conservação de toda a artilharia e munição em ambos os lados da guerra. O mesmo ocorria com as peças de ferro que acabavam oxidando com muita facilidade, principalmente nos períodos de chuva intensa, conhecido como inverno amazônico.

A guerra na Amazônia portuguesa pode ser dividida, portanto, em três fases: 1) 1590-1636, período marcado por uma agressiva política de instalação de entrepostos comerciais, auxiliados por fortificações holandesas que tinham caráter militar-econômico-religioso. 2) 1637-1644, época de ocupação efetiva do antigo Estado do Maranhão. 3) 1645 – 1654, período em que o Maranhão participa da

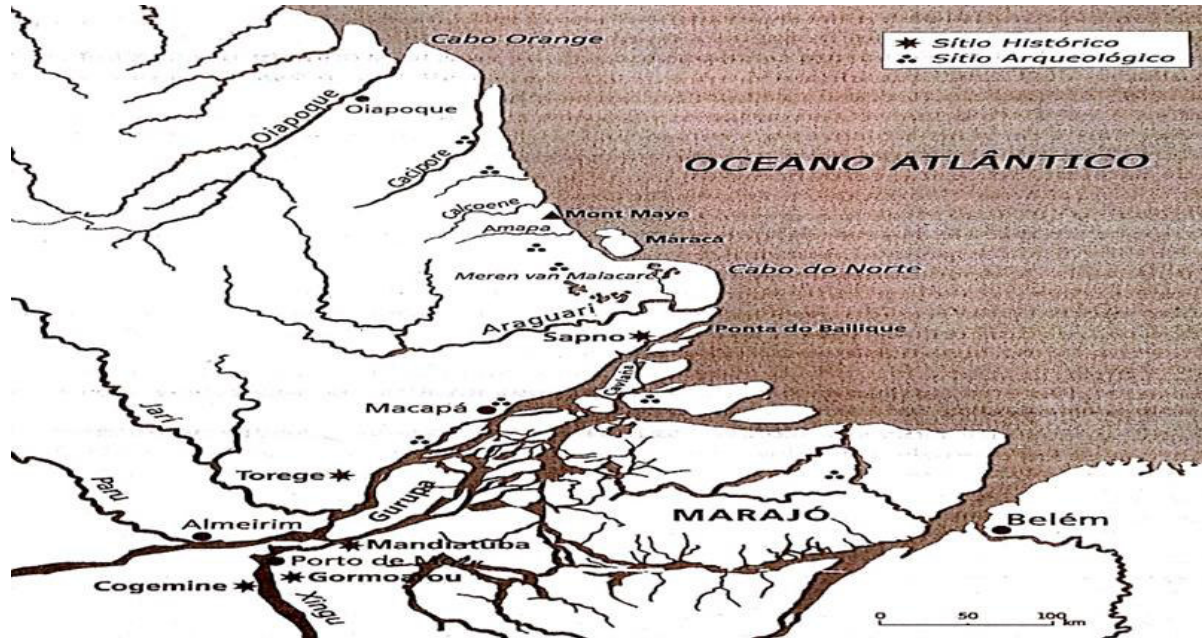
⁸³ Ver mais sobre o tema em: MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.; MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História e do indigenismo**. Tese de Livre Docência (História) apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013.

⁸⁴ PUNTONI., op. cit., p. 177.

⁸⁵ Ibid., p. 179.

reconquista da América portuguesa.⁸⁶ O mapa abaixo ilustra bem a importância da primeira fase relativamente ao Grão-Pará e Maranhão.

ILUSTRAÇÃO 01: Fortes holandeses no Delta do Rio Amazonas



Fonte: Lodewijk Hulsman & Délcio de Alencar Gúzman (2016).

Na região da Amazônia, assim como no Estado do Brasil, em termos da guerra hispano-holandesa, o uso generalizado de soldados indígenas foi um diferencial, o qual passou a ganhar um novo *status* a partir de então, como índio aliado e elevado à categoria de soldado. Esses combatentes poderiam negociar a qualquer tempo, de forma mediada, as condições do apoio militar e o próprio andamento do conflito. Poderiam também escolher em qual lado iriam lutar, devido a sua importância.

No Estado do Maranhão, o uso desses combatentes acabou gerando a necessidade imediata de obtenção de apoio bélico a partir de vantagens que estes conquistariam. Os soldados portugueses, por exemplo, tinham que aprender a combater em canoas, ao modo das guerras indígenas, com mosquete e arcabuz, em lugar do arco e flecha. De fato, os indígenas eram conhecedores natos da região e poderiam andar pelos intrincados caminhos fluviais. Segundo Evaldo Cabral de Melo, as tarefas dos índios eram variadas, tais como:

⁸⁶ Ver mais em: CARDOSO, Alírio Carvalho. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; MEIRELLES, Mário. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: EDUUFMA, 1991.

[...] aduzir o transporte de víveres, de armas e munição e de cargas em geral, a construção de pontes de jangadas para travessia pelos rios, a edificação de defesas e paliçadas e reparo das fortificações, o cultivo de roçados de mandioca. Ao menos durante a restauração, os índios residiam nas suas aldeias, ocupados na plantação de mantimentos, só sendo mobilizados parcialmente nas ocasiões de peleja⁸⁷.

A assimilação de práticas indígenas foi um fenômeno comum entre os europeus no contexto da guerra. Parte disso tem relação com a vivência entre os dois povos no período da formação dos entrepostos fluviais holandeses. Houve certamente intermediários privilegiados dos dois lados, índios bem habituados com os costumes desses europeus, e europeus que rapidamente aprendiam o idioma nativo e suas estratégias de guerra. Isso também parecer ser evidente no comércio. Para Lodewijk Hulsman, entre os séculos XVI e XVII, surgiu o que ele denomina como ciclo do escambo na Amazônia portuguesa. Segundo este historiador holandês:

O comércio dos europeus com índios geralmente está descrito como escambo porque se tratava de uma troca de produtos sem valor em dinheiro. A economia dos mercadores holandeses no delta amazônico estava com certeza baseada na troca de objetos. Os mercados holandeses formavam companhias para equipar um navio com carregamento e esperavam por um carregamento de volta, que pagasse o investimento com lucro.⁸⁸

Os navios holandeses que aportavam na região a essa época praticavam um sistema de comércio conhecido *retourvracht* ou frete de retorno. Os holandeses praticavam o comércio com grupos nativos, muitas vezes, instalavam-se em uma casa forte, e logo depois voltavam com os navios carregados de mercadorias com grande valor agregado.⁸⁹ Esse sistema só era possível com a mediação, especialmente na oferta de vantagens e mercês às lideranças indígenas, verdadeiros comandantes de uma guerra mundial, travada em um território que conheciam muito bem. Serge Gruzinski salienta a importância desses mediadores que eram figuras ímpares que acabaram desempenhando papéis importantes no diálogo com o europeu (seja ele conflituoso ou não)⁹⁰.

As técnicas indígenas, as formas de contato e de trocas, as intermediações são temas de suma importância para a reflexão a respeito da guerra na Amazônia. Os “vassalos” indígenas se faziam necessários em qualquer etapa da

⁸⁷ MELLO, E. Op. Cit., p. 199-200.

⁸⁸ HULSMAN, L. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). IN. CHAMBOLEYRON, Rafael. SOUZA JUNIOR, José Alves de (orgs). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1ª ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016. p. 52.

⁸⁹ HULSMAN, 2011, op. cit., p. 180-181.

⁹⁰ GRUZINSKI, op. cit., p. 41-48 / 429-432.

guerra. Segundo Alírio Cardoso, esses homens e mulheres ao desempenharem diversas funções na guerra e na paz, davam a sensação aos europeus de que nada poderia ser construído, preservado ou destruído sem a permissão dos índios.⁹¹ Isto posto, as alianças indígenas sempre foram fundamentais, desde a conquista da cidade de São Luís, até a expansão para o Delta do Amazonas, e o desenvolvimento efetivo da guerra hispano-holandesa. Na Amazônia Portuguesa, os principais guerreiros, soldados, navegadores, estrategistas e comandantes eram índios Tupinambá. É exatamente esse cenário o objeto principal do nosso segundo capítulo.

⁹¹ CARDOSO, 2017, op. cit., p. 148.

CAPÍTULO II

AMAZÔNIA HOLANDESA NO SEISCENTOS

2.1 PIRATARIA HOLANDESA E COOPERAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

A história da América Portuguesa está repleta de relatos sobre piratas, corsários e ladrões do mar⁹². No tocante às ações de piratas e corsários, principalmente, em terras amazônicas seiscentistas, representava por si só, não somente ações de aventureiros interessados em atacar e pilhar locais e mercadorias, respectivamente, mas também envolviam ações tanto de interesses mercantis quanto de interesses políticos. Rafael Bluteau, em seu dicionário, nos faz compreender o significado da palavra no período, no qual apresenta três propostas para a definição do termo “Pirata”. São elas: “*Peira*”, “*Peiran*” e “*Pyr*”. Sendo que no desenrolar da explicação podemos perceber que cada uma seria uma característica, onde a primeira teria o significado de “fraude ou engano”, apontando para o uso “de estratégias em sua arte pirática”; a segunda - “correr nos mares” - aponta para a característica específica de serem “ladrões do mar”; e a última - “fogo” - aponta para a ação destes de “queimar os navios que apanham e as ilhas que saqueiam”. Portanto, podemos perceber através destas definições uma visão nada complacente da pirataria ou do indivíduo pirata.⁹³

No caso do Maranhão Seiscentista, há uma frequência difícil de quantificar de navios “estrangeiros” considerados contrabandistas, criminosos ou categorizados como piratas ou corsários. Esse é um espaço quase livre para todo tipo de atividade comercial e sempre visado por inimigos de portugueses e espanhóis. Entretanto, o que os documentos de época chamam de corsários, piratas, ou até mesmo, “bandidos”, a depender do momento e do tempo, descrevem coisas diferentes. O historiador holandês Lodewijk Hulsman, ao falar sobre o tema, afirma que:

A história do Brasil refere-se muitas vezes aos franceses, ingleses, e holandeses como piratas ou corsários como sinônimos de ladrões e foras

⁹² Ver sobre o tema nos seguintes autores: CIPOLLA, Carlo. **Conquistadores, piratas e mercadores**: a saga da prata espanhola. Lisboa: Editora Teorema, 1996.; GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria**: utopia e prática de navegar. Séculos XIII- XVIII. Lisboa: DIFEL, 1990.; GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014. p. 41-48 / 429-432.; THOMSON, Janice E. **Mercenaries, Pirates, and Sovereigns**: State-building and extraterritorial violence in early Modern Europe. Princeton: Princeton University Press, 1994.

⁹³ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8v. pp.527-528. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/dicionario/edição/1.

da lei. No contexto da Europa do Norte do século XVII, o corso era uma forma legítima de fazer guerra marítima. Os corsários (“kaper” ou “privateer” como eram chamados) deveriam então comprar uma carta de corso das autoridades na República Neerlandesa dos Almirantados para exercerem suas atividades. Frequentemente depositavam um valor em dinheiro como garantia e na volta entregavam um relato detalhado sobre suas atividades assinado por testemunhas. Os que roubavam sem carta de corso eram considerados criminosos, chamados de piratas, e ainda eram severamente castigados como presos.⁹⁴

Destarte, a pirataria é um tema recorrente na bibliografia que versa sobre a presença holandesa no Maranhão do século XVII. Assim, um dos objetivos desse capítulo é compreender a ação dessas pessoas dentro do contexto da Guerra Fluvial. Outro objetivo é discutir o lugar do Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte no projeto de expansão Neerlandesa, durante o que se considera denominar-se o período final da Guerra de Flandres. Logo, o olhar sobre a documentação hispano-lusa e neerlandesa, sobretudo, no tocante às séries de documentos do *Nationaal Archief* (Arquivo Nacional de Haia), é relevante para entender a construção das crônicas e relatórios de época.

Dessa forma, há elementos que são fundamentais de serem ressaltados nas crônicas neerlandesas. Inicialmente, chama atenção a forma como escrevem e relatam sobre as estratégias de obtenção do apoio indígena e a cooperação com inúmeras finalidades. A guerra é também parte da vocação comercial. Assim, no tocante a documentação neerlandesa, iremos discutir as questões apreciadas nos relatórios de autoria de *Gedion Morris, Pieter du Gardin e Jacob Von Keere* que, a partir de Amsterdã, davam a última palavra sobre a condição da política oceânica⁹⁵. Os relatórios são condizentes com os objetivos gerais da WIC, fazem referência a diversos produtos de valor comercial na Europa e a maneira mais fácil de conseguí-los, bem como, as possíveis rotas por onde tais mercadorias poderiam circular livremente. Na visão dos autores dos relatos, alguns povos indígenas da Amazônia tinham uma grande disposição e apreço mais favorável aos holandeses, em resposta a má fama da tendência escravista dos portugueses.⁹⁶

⁹⁴ GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650): documentos inéditos**. Belém: IOE, 2016, p. 11.

⁹⁵ Ver mais: DEN HEIJER, Henk. **De Geschiedenis van de WIC: Opkomst, Bloei and Ondergang**. Zutphen: Walburg Press, 2002. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese (Doutorado em História). Universitet Leiden, 2011.

⁹⁶ GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650): documentos inéditos**. Belém: IOE, 2016, p. 33.

Dentre muitos desses relatos, um chama atenção, por sua característica e detalhamento, como um informe que fazia referência a um tal *Juan Peeter*, inglês que supostamente estava sendo espião enviado pelos Países Baixos para repassar detalhes aos Neerlandeses acerca da fronteira entre o Maranhão e as índias Castelhanas.⁹⁷

Não só os Neerlandeses relataram sobre as viagens, portugueses e espanhóis também. Assim, temos a viagem de Pedro Teixeira por volta de 1630, a jornada de Luiz Aranha de Vasconcelos e Vicente Cochado, em 1623 e 1624; a viagem do Capitão Antônio Moniz Barreiros, entre muitos outros registros. Dentre as principais viagens neerlandesas, temos um dos mais relevantes escritos na cidade de Middelburg, província da Zelândia pelo *comandeur Gedion Morris* acerca da Amazônia do século XVII. Trata-se da *Breve Descrição do Maranhão*⁹⁸, que fora escrita no ano de 1637. Muitos do que os holandeses sabiam sobre a Amazônia foi escrito pelo *comandeur*. A história do capitão neerlandês Gedion Morris se entrelaça com a do português Pedro Teixeira. De fato, quando o jovem Morris acabou fracassando em sua empresa de construção de uma fortaleza na região, juntamente com irlandeses e ingleses no delta amazônico, foi ao português Pedro Teixeira, no ano de 1629, que o batavo havia se rendido.

Os relatos de época sobre as ameaças de piratas, corsários e invasores na Amazônia eram frequentes, principalmente em meados do século XVII, momento em que o quadro ameaçador assustava aos espanhóis. Os “ladrões do mar” neerlandeses, como eram classificados pela Monarquia Hispânica, eram os mais temidos à época, principalmente, no período de expansão da Guerra de Flandres, em função do tráfico de produtos tropicais, como tabaco e madeira de tintas. Uma questão discutida nesses relatos é a percepção que esses viajantes tinham acerca da amizade com o indígena e de sua cooperação em todas as etapas da estadia neerlandesa em solo amazônico. Tais caminhos serviam para o tráfico, mas também

⁹⁷ Ver em: “Avisos tocantes à la India Occidental. Explican los progressos que holandeses, franceses e ingleses, hacian em las riberas del rio de Las Amazonas.” **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905.

⁹⁸ MORRIS, Gedion. “Breve descrição apresentada aos Srs. Diretores da outorgada Companhia das Índias Occidentais, delegadas à Assembleia dos Dezenove sobre os lugares situados no Brasil septentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e outros rios compreendidos na bacia do formoso rio do Amazonas, onde os portugueses tem assento, com toda a disposição e circunstancias respectivas, como deizei no ultimo novembro de 1636.” Middelburg, 22 de outubro de 1637. In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 103.

como laboratório de conquista, estreitando os laços com diversos grupos indígenas, retratando-os, não sem razão, como “amigos” e companheiros de armas contra os espanhóis. Sobre as rotas, os rios e o apoio indígena, existe um documento holandês de grande importância, escrito por Jacob Van Queere, um corsário-comandante da câmara da Zelândia. Segundo afirma Van Queere:

Devo dizer-lhes com meu razoável conhecimento que o rio Amazonas é o lugar mais fértil e populoso de todo o Brasil e das Índias Ocidentais, e mesmo sem a expectativa de possuir minas, o que há ali, sem dúvida, quando a Companhia for detentora do Maranhão e do rio Amazonas, o que se Deus quiser, pode ser realizado com poucos gastos, será possível a cada ano enviar a Pernambuco um bom carregamento de víveres e também prover os navios com mandioca, peixe salgado, carne, tartarugas, um e outro sem fazer mais do que pequenos gastos. Também não há terra melhor para engenhos de açúcar, tabaco, algodão, gengibre e arroz, pelo tamanho e qualidade da terra e principalmente pela comodidade dos índios que não faltam como escravos e índios livres para fazer as plantações nos engenhos e também para cultivar o suficiente para o nosso povo e os índios, como também da mesma forma que foi dito antes, pode ser enviada Pernambuco grande quantidade de mantimentos para a guarnição.⁹⁹

Portanto, a exemplo da documentação hispano-lusa, percebe-se na narrativa de Van de Queere a importância do índio em todas as etapas do projeto neerlandês na Amazônia. Além disso, a grande variedade de produtos retirados da região e levados para a Europa não poderia ser colhido e deslocado para os portos sem o trabalho nativo. Para Van de Queere, existe já a possibilidade de construção de um plano de invasão e conquista do Maranhão e Grão-Pará. Há, inclusive, um orçamento extremamente detalhado da empresa, com dados até mesmo sobre a quantidade de armas, munição e demais itens necessários. Em outra passagem, Van de Queere ressalta sua posição:

Em minha opinião, pode se meter a mão aqui para atacar o rei da Espanha, porque não há melhor ou mais adequado meio para fazer isso com poucos gastos, do que pelo rio Amazonas, porque subindo esse rio Vossas Senhorias podem chegar ao rio de la Plata e Peru, onde sabemos quais conquistas podemos fazer ali. Sim, com um tempo podemos-nos fazer donos desses lugares, porque sei que nessas terras, ali chegando com uma tal força e dominando o rio Amazonas, ganharia muito e isso pelos obstáculos que os Castelhanos opõem aos portugueses. [...] Assim é justo dizer (considerando Vossas disposições) que Vossas Senhorias enviando então pouca gente, podem conseguir com isso mais benefício do que se supõe, porque os ganhos desses lugares serão maiores do que podemos descrever¹⁰⁰.

⁹⁹ QUEERE, Van de. “Copia da exposição feita a alguns amigos a respeito do rio das Ammazonas e Maranhão a 1638.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 69.

¹⁰⁰ QUEERE, Van de. “Copia da exposição feita a alguns amigos a respeito do rio das Ammazonas e Maranhão a 1638.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 69.

Percebe-se que, ao longo da narrativa, existe a própria construção e compreensão acerca desse novo território, ao mesmo tempo em que as comparações com as regiões mais antigas da América vão sendo traçadas. No final, atacar a Espanha através dos rios do complexo do Amazonas não deixava de ser uma possibilidade. De fato, segundo parte dos relatos holandeses, esse seria o meio mais fácil de chegar às riquezas das índias castelhanas¹⁰¹. Gedion Morris, o *comandeur*, também enfatiza este aspecto, firmando a importância estratégica da região:

O trabalho desses índios, que não são escravos, é retribuído como uma mesquinha paga, pois por um machado e um facão trabalham voluntariamente um ano inteiro, notando-se que os portugueses não costumavam dar-lhes mais do que três varas de panos ou um machado, e muitas vezes nada absolutamente lhes davam, principalmente para adentrar nos rios. (...) Interessante ainda acrescentar, que há ainda diferentes regiões que nunca foram descobertos, a não ser em parte, e em primeiro lugar o afamado Rio Amazonas, que tem suas origens nos montes auríferos do Peru, onde certamente mais tesouros se acham ocultos do que os que até presente têm sido descobertos. São esses montes, de onde o rei da Espanha tem tirado seus inumeráveis tesouros, e com eles governado o mundo inteiro.¹⁰²

No tocante à crônica portuguesa, é importante ressaltar que os indígenas eram fundamentais como informantes sobre as atividades dos tais piratas e corsários. Tal como outros vários informes, essas crônicas davam conta da ligação entre os rios do Amazonas e o Peru. Em *“Intentos da jornada do Pará”* (1618), Simão Estácio da Silveira afirmava, por exemplo, que os rios Amazonas e “Maranhão” nasciam no Reino de Nova Granada e Peru, respectivamente. Era a referência ao mito da “ilha Brasil”, presente na cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII. O rio Amazonas, além disso, serviria como estrada fluvial, por onde portugueses, castelhanos e holandeses passariam e traficavam drogas, alimentos, madeiras e metais preciosos. Segundo o capitão:

¹⁰¹ Sobre a prata espanhol e a busca pela riqueza e lucro: CIPOLLA, Carlo. **Conquistadores, piratas e mercadores**: a saga da prata espanhola. Lisboa: Editora Teorema, 1996.; EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafío Holandés al dominio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23.; SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império resgatou Portugal. **Tempo**, vol. 12, nº 24 (2008), pp. 201-223.

¹⁰² MORRIS, Gedion. “Breve descrição apresentada aos Srs. Diretores da outorgada Companhia das Índias Ocidentais, delegadas à Assembleia dos Dezenove sobre os lugares situados no Brasil septentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e outros rios compreendidos na bacia do formoso rio do Amazonas, onde os portugueses tem assento, com toda a disposição e circunstancias respectivas, como deizei no ultimo novembro de 1636.” Middelburg, 22 de outubro de 1637. In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 117.;

Este Rio que chamamos das Amazonas tem dois nascimentos, um no grande Rio de Orelhana, nasce em Quito e nas serras do novo Reino de Granada e corre por 90 léguas com muitas e grandes voltas e o outro que chamam de Maranhão, que é um pouco ao Norte do serro de Potosi e nasce nas terras do Peru, na província de Cuzco e correndo mais de setecentas léguas ao Nordeste com menos volta se ajunta com o de Orelhana mais de quatrocentas léguas antes de entrar no mar, e ambos fazer o arquipélago entre o Brasil e o Peru.¹⁰³

Assim, os documentos sobre o descobrimento do Rio Amazonas, e as ações de piratas e corsários, são tratados e discutidos em relatórios de navegantes como Manoel de Sousa Deça, Luiz Aranha Vasconcelos, entre outros, que enviavam cartas ao rei em “socorro do Maranhão”. Manoel de Sousa Deça descrevia sobre “a gente branca” que os gentios diziam haver no rio Corupá, uma das rotas descobertas no Estado do Maranhão. O capitão tinha um plano de proteção da região que implicava em investimento em barcos, canoas, gente e mais:

Para expulsão dos inimigos do Cabo do Norte e mais descobrimentos, são necessários cento e cinquenta soldados, duzentos arcabuzes, duas duzias de escopetas de pederneiras, que serve em todo tempo, quer chova, quer não, em qualquer assalto ou emboscada de noite. Formas de balas de arcabuzes, de escopetas. Polvoras, murrão e chumbo. Uma botica bem preparada. Uma tenda de ferreiro, um serralheiro, um oficial de ribeira. Pagamento para os soldados e quinhentas braças de rede de pescar.¹⁰⁴

Dessa forma, há relevante política de gratificação aos indígenas, ao mesmo tempo em que importa trazê-los para o lado hispano-luso. Oferecer dádivas foi uma maneira encontrada pelo europeu para conquistar a boa vontade dos tupinambá. Vários fatores foram facilitadores para a consolidação do comércio ilegal entre piratas e indígenas. A região era administrativamente confusa, pelo menos até 1621, quando houve a institucionalização do Estado do Maranhão. Os indígenas eram de suma importância para a dinâmica deste comércio, pois a “amizade” dos gentis significava ajuda nas possíveis batalhas e defesa das fortificações, assim como no fornecimento das drogas do sertão. Nos relatos holandeses ou hispano-lusos, há um grande destaque às táticas e estratégias utilizadas para obtenção desse apoio indígena, facilitando o comércio de escambo entre os tupinambá e agentes europeus.¹⁰⁵

¹⁰³ Ver em: “Relação das Cousas Sumárias do Maranhão. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal. (1624)”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905.

¹⁰⁴ Ver em: “Sobre as cousas do Grão-Pará (1619?).” **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. p. 347

¹⁰⁵ Ver mais sobre o tema em: NAVARRO, Alexandre Guida. A guerra na Amazônia pré-colonial e a representação de duas fontes etno-históricas sobre os Tupinambá do Maranhão no período do contato. In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva (orgs).

Nesse sentido, é importante entender que a guerra fluvial amazônica é diferente em relação ao Estado do Brasil. Os relatórios e cartas disponíveis traçam, por vezes, esses paralelos. Assim, por conta das condições culturais e naturais o desenvolvimento da guerra não era possível sem os acordos e sem certo hibridismo.

2.2 A GUERRA FLUVIAL NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Nas águas da Amazônia portuguesa, os europeus tiveram que adaptar táticas e modos de fazer a guerra. As mesmas táticas utilizadas na Europa não funcionavam na região. Nesse contexto, a batalha no Maranhão Seiscentista, tal como dissemos antes, deveria ser eminentemente fluvial. Esse foi um fenômeno amplamente comentado em requerimentos, cartas, relatórios e ofícios. Assim, para que a guerra acontecesse no Delta amazônico os oficiais e soldados tiveram que buscar soluções menos ortodoxas para o desenrolar da guerra. Inúmeros problemas, como a escassez de recursos, a quantidade de soldados recrutados na Europa, bem como, as melhores formas para obtenção do apoio indígena, eram temas dos informes neerlandeses e hispano-lusos.

Mas o que era, afinal, a chamada “*Guerra Fluvial*”? Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que o modelo das guerras ocidentais, tal qual acontecia em solo europeu, principalmente nas fórmulas conhecidas e utilizadas na Guerra de Flandres, tinha como principal objetivo a tomada de praça-forte com grandes contingentes de soldados. Dessa forma, este tipo de guerra iria ter pouco reflexo na realidade do Maranhão e Grão-Pará seiscentista. A famosa Guerra Fluvial deveria, portanto, abandonar a ortodoxia da guerra europeia e assumir um misto de guerra de sítios com guerra de guerrilhas.¹⁰⁶

História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV 2015. p. 17-31.; CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos:** a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769). Tese de Doutorado (Universal Estadual de Campinas), 2005.

¹⁰⁶ Ver mais em: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; CARDOSO, Alirio Carvalho. **Amazônia na Monarquia Hispânica:** Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655). 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada:** guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa:** O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701). Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra:** origem, cotidiano e resistência dos soldados do Exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Tese de doutorado (História). Universitet Leiden, 2011.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil:** Poder e política na Bahia colonial (1548-1700). São Paulo. Editora: Alameda. 2013;

A guerra na Amazônia diferenciava-se de qualquer outra do Estado do Brasil. Sobre o tema, o capitão holandês, Van de Queere ressalta a importância dos rios no delta amazônico no período:

*Devo dizer-lhes com meu razoável conhecimento que o rio Amazonas é o lugar mais fértil e populoso de todo o Brasil e das Índias Ocidentais, e mesmo sem a expectativa de possuir minas, o que há ali, sem dúvida, quando a Companhia for detentora do Maranhão e do rio Amazonas, o que se Deus Quiser, pode ser realizado com pouco gasto, será possível a cada ano enviar a Pernambuco um bom carregamento de víveres e também prover os navios com mandioca, peixe salgado, carne, tartaruga, um e outro, sem fazer muito gasto. Também não há terra melhor para engenhos de açúcar, tabaco, algodão, gengibre e arroz, pelo tamanho e qualidade das terras próximas ao rio Amazonas, e principalmente pela comodidade dos índios, que não faltam como escravos e índios livres para fazer as plantações e também para cultivar. (...) Em minha opinião, pode-se meter a mão aqui para atacar o Rei da Espanha, porque não há lugar melhor para fazer isso com pouco gasto, pois subindo pelo Rio Amazonas, podem chegar ao rio de la Plata e Peru, onde sabemos o que podemos fazer ali.*¹⁰⁷

Percebe-se no relatório de Van de Queere a importância que a descoberta do Rio Amazonas representava para os Países Baixos no sentido de aumentar o carregamento anual de víveres em direção a Pernambuco, e também aos Países Baixos, pois o investimento traria resultados rápidos e efetivos. A intenção era criar uma rota que tivesse acesso às Índias de Castela pelo Maranhão, como um caminho fluvial, para que conseguissem obter êxito na chegada ao Peru. Assim, a ideia era integrar o Maranhão à rota da prata. Estava claro que a rota Andes-Maranhão, pensada também em inúmeros informes por hispano-lusos, mas também por Neerlandeses, apresentava-se como promissora. Da mesma forma, a amizade entre neerlandeses e indígenas, no período da Guerra Fluvial, fora pensada e executada por meio de muitos acordos estratégicos, como aconteceu também com os espanhóis e portugueses.¹⁰⁸

Os relatos de época demonstram que os holandeses viam inúmeras vantagens na conquista da Amazônia, primeiro por sua localização geográfica, exatamente entre o Estado do Brasil e o Estado do Peru. As especiarias

¹⁰⁷ QUEERE, Van de. "Copia da exposição feita a alguns amigos a respeito do rio das Amamazonas e Maranhão a 1638." In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650):** documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 69

¹⁰⁸ Ver sobre o tema nos seguintes autores: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.; EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafío Holandés al dominio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23.; POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil**. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

encontradas eram de grande valor na Europa; a condição de seus caminhos fluviais, que diferente do restante da América Portuguesa, eram acessíveis a navios de grande porte. Logo, por conta da constatação de que havia a possibilidade de navegação pelos rios amazônicos, tornou-se ainda mais alto o eco da possibilidade de percorrer um caminho estável até os montes auríferos das Índias.¹⁰⁹

Dessa maneira, há inúmeras estratégias usadas na obtenção do indispensável apoio indígena para combater na Guerra Fluvial. De qualquer forma, o clássico estabelecimento de alianças a partir da troca de mercadorias, ou melhor, o comércio do escambo, mas também o oferecimento de dádivas e mercês, as promessas de nobilitação dos índios eram estratégias eficientes para o desdobramento dos conflitos na Amazônia. Cabe ressaltar que as mercês e honras dadas às lideranças indígenas, como forma de compensação, não era uma novidade em pleno século XVII. Em consonância com as ideias de Maria Regina Celestino de Almeida, ao analisar as aldeias indígenas do Rio de Janeiro colonial, as mercês passaram a ser concedidas aos *índios principais*, pela própria Coroa, com o principal objetivo de estreitar as alianças existentes com a população indígena, desde o século XVI.¹¹⁰ A questão principal é que, de acordo com Almir Diniz de Carvalho Junior, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, desde a Guerra Fluvial, até o período de consolidação da invasão holandesa ao Maranhão (1641-1644), essas mercês passaram, então, a ser solicitadas pelos próprios índios, por entenderem que de fato, mereciam o reconhecimento aos serviços prestados por eles, em defesa do Estado do Maranhão.¹¹¹

Portugueses, espanhóis e neerlandeses, sabiam que sem o apoio dos índios aliados, ninguém poderia guerrear em solo amazônico. De acordo com a documentação hispano-lusa e neerlandesa, comandantes, navegantes relatavam sobre as táticas para obtenção desse apoio. As autoridades dos Países Baixos logo perceberam a falta de manejo dos portugueses com essa prática, principalmente,

¹⁰⁹ Ver mais sobre o tema em: CARDOSO, Alirio Carvalho. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; CIPOLLA, Carlo. **Conquistadores, piratas e mercadores: a saga da prata espanhola**. Lisboa: Editora Teorema, 1996.; ROSÁRIO, Adagilza Maria Vieira do. **O Brasil filipino no período holandês**. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.; RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Algés: DIFEL, 1992.

¹¹⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

¹¹¹ CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese de Doutorado (Universal Estadual de Campinas), 2005.

pelo fato de levarem poucas mercadorias para os índios. Gedion Morris, o comandante neerlandês, de maneira inteligente e perspicaz, relata que:

O trabalho desses indígenas que não são escravos é retribuído com uma mesquinha paga, pois por um machado e um facão trabalham voluntariamente por um ano inteiro, notando-se que os portugueses não costumavam lhes dar mais do que três varas de paro e um machado, e muitas vezes nada absolutamente lhes davam.¹¹²

Apenas os índios dominavam apropriadamente a arte de navegar naquela região. De fato, eles eram os únicos conhecedores de caminhos fluviais e das zonas de baixio e dos sistemas de alta e baixa mar. Essa dependência foi devidamente registrada, muitas vezes, pelas fontes portuguesas. Na *Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim da paz como de guerra, contra o rebelde holandês, ingleses e franceses e outras nações*, de 1631, o Padre Luís Figueira ressalta:

Por este e pelos mais sucessos passados, podemos entender que Deus nosso senhor, favorece estas conquistas e quer fundar nelas a Santa Fé, ainda que para isto faltam ainda obreiros e ministros do Evangelho, que se ocupem com o gentio, o qual negócio com tudo o mais depende de Sua Majestade favorecer este particular, com consignar alguma esmola aos que nisto se houverem de ocupar. E é coisa evidente que para se evitar o comércio dos estrangeiros naquelas partes, não tem Sua Majestade melhor meio, que pôr ali religiosos que domestiquem os gentios, para que assim não os admitam a fazer tabaco. E ainda que não pode haver ali religiosos sem armas, contudo por de mais importância tenho haver religiosos que armas, para o tal fim. Porque, por armas não hão de deixar de vir estrangeiros a fazer tabaco, se o gentio lhes der entrada e lhes administrar a roçaria para o tabaco, o qual eles não podem fazer sem os gentios.¹¹³

Isto posto, o padre Luís Figueira, da Companhia de Jesus, faz um verdadeiro elogio à capacidade indígena. Além da capacidade bélica, que é reconhecida em qualquer relatório ou descrição de época, o manejo do arco e flecha com uma rapidez invejável e a luta corpo a corpo são maneiras de enfrentamento. Os índios, assim, demonstram dominação completa do cenário de guerra. Da mesma forma, eles eram, também, os maiores fornecedores de mantimentos para as batalhas, principalmente a chamada “farinha de guerra”, farinha de mandioca. Em outro trecho

¹¹² MORRIS, Gedion. “Breve descrição apresentada aos Srs. Diretores da outorgada Companhia das Índias Ocidentais, delegadas à Assembleia dos Dezenove sobre os lugares situados no Brasil septentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e outros rios compreendidos na bacia do formoso rio do Amazonas, onde os portugueses tem assento, com toda a disposição e circunstancias respectivas, como deizei no ultimo novembro de 1636.” Middelburg, 22 de outubro de 1637. In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 117.

¹¹³ LEITE, Serafim (org.). **Luiz Figueira**: a sua vida heróica e a sua obra literária. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940. p. 176.

do memorial, o missionário expõe ao Monarca Católico qual era o nível de dependência dos soldados europeus diante dos indígenas.

A obrigação que Sua Majestade lhe tem é que nas guerras se ofereceram com Holandeses e Ingleses naquelas partes, ajudam e sempre ajudaram aos Portugueses, assim com suas armas como lhes dando e administrando todos os mantimentos de farinhas, carne e peixe, remando sempre as canoas de guerra, sem que Sua Majestade gaste nada, nem os portugueses. E fazem todos os mais serviços e tudo isso sem galardão.¹¹⁴

Luís Figueira reitera, assim, a grande importância dos índios para conservação da conquista, diante de tantas ameaças pela frequência de corsários e piratas europeus no Delta Amazônico. É interessante ressaltar que o nome de alguns *índios principais* passou a figurar com mais frequência na documentação hispano-lusa da época¹¹⁵. As chefias indígenas não apareciam mais na documentação, apenas como guias ou intermediários de pouca importância, agora eles eram considerados líderes de grande relevância estratégica. Por consequência, percebe-se que o desenvolvimento da guerra hispano-holandesa no Maranhão tornou-se uma grande oportunidade de ascensão política para os diversos grupos nativos.¹¹⁶

Apesar de ser uma expressão de origem ocidental, na prática, os chamados “índios principais” já faziam parte do universo das aldeias antes da época do contato. Alguns autores como Pierre Clastres¹¹⁷, Florestan Fernandes¹¹⁸ denominaram essas lideranças indígenas de *chefias tradicionais* ou *chefias indígenas*.¹¹⁹ Os franceses, Claude d’Abbeville¹²⁰ e Yves d’Evreux¹²¹ os chamariam de

¹¹⁴ LEITE. op. cit., p. 208

¹¹⁵ Sobre o tema, ver em: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.; CARDOSO, Alirio Carvalho. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017.; CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese de Doutorado (Universal Estadual de Campinas), 2005.; SBRANA, Darlan Rodrigo. **A GALHA DA FIGUEIRA BRANCA E O CARVALHO: alvorecer do Maranhão Colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambá (1603-1619)**. Dissertação (Mestrado – Programa de pós-graduação em História – UFMA), 2017.;

¹¹⁶ Ver mais sobre o tema em: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.; CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese de Doutorado (Universal Estadual de Campinas), 2005.;

¹¹⁷ CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo; Ed. Cosac & Naify. 2004.

¹¹⁸ FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo; Globo, 3ª ed. 2006.

¹¹⁹ Sobre o tema. Ver também: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese de Doutorado (Universal Estadual de

morubixabas. O processo de elevação de *status* das lideranças indígenas, no início do século XVII, ocorreu em uma conjuntura muito ampla e de grandes transformações de ordem política e econômica. Portanto, percebe-se que na medida que acontecia o desenrolar da guerra, os indígenas passaram a usar de diversas táticas no diálogo com os hispano-luso e neerlandeses. Fizeram acordos, propuseram embates e lutaram do lado que fosse lhes beneficiar de todas as formas.

De fato, o comércio holandês na região era feito nos moldes do sistema de “frete de retorno” (*retourvracht*). Este modelo era simples e eficiente. Faziam contatos, amizades com os indígenas, construía fortalezas e armazéns e pesquisavam rotas e produtos. Ao final, carregavam as mercadorias para os Países Baixos, sobretudo para o porto de Amsterdam. Van der Queere, nesse sentido, faz um parecer elencando todos os ganhos que a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) estaria indiretamente auferindo na Estado do Maranhão com o auxílio dos indígenas. Segundo diz:

Um cálculo estimado do que renderiam os primeiros retornos, quando se for da vontade de Deus, seríamos senhores do Maranhão e Pará: 500 caixas de açúcar; 100 000 libras de tabaco; 4000 libras de gengibre; 4000 libras de arroz; óleos, balsamos, drogas e corantes não podem ser calculados com certeza, mas se Deus quiser, podem ser leiloados. [...] Vossas senhorias, por obséquio, considerem o extraordinário lucro que esse país pode dar, porque se Deus consentir o nosso domínio, seremos donos de nove ou dez mil escravos e em pouco tempo de cem mil índios livres para cultivar uma terra fértil.¹²²

O comandante Van der Queere ainda afirma em seu relatório sobre a possibilidade de trazer mais mercadorias com os navios neerlandeses, pois o tema principal de seu relatório era como as terras maranhenses eram abundantes e a possibilidade de conseguir inúmeros produtos para serem vendidos na Europa e, com isso, buscarem ainda mais lucros para a Companhia neerlandesa. Alimentava a expectativa da passagem pelo Delta amazônico até Quito, e com isso poderiam conseguir ganhar ainda mais lucros com a prata existente na região. No tocante à

Campinas), 2005.; SBRANA, Darlan Rodrigo. **A GALHA DA FIGUEIRA BRANCA E O CARVALHO: alvorecer do Maranhão Colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambá (1603-1619)**. Dissertação (Mestrado – Programa de pós-graduação em História – UFMA), 2017.

¹²⁰ D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Paulo: Siciliano, 2002.

¹²¹ D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil. feita nos anos de 1613 e 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002 [1615].

¹²² HULSMAN. op. cit., p. 97.

região amazônica, os principais produtos citados em todos os relatórios de comandantes holandeses eram o açúcar, a madeira e as drogas do sertão.

Quanto a procura por neerlandeses na região, o comandante luso, Manoel de Sousa D'Éça, confirma a presença dos tais piratas batavos e seu interesse pelas especiarias. Segundo D'Éça

O que de presente se deve procurar é o descobrimento do Rio Corupá, onde está a força do gentio e dizem haver gente branca. E o descobrimento do Cabo do Norte que é pouco distante do Rio Corupá, onde vão todos os anos ingleses e holandeses resgatar tabaco e de algumas tintas como urucum e de algumas madeiras e isso não há o que duvidar, pois já dei algumas relações escritas outras vezes.¹²³

Dessa maneira, depreende-se que a procura por especiarias sempre foi um impulso importante para os neerlandeses. Da mesma forma, é importante ressaltar que a defesa da região sempre foi uma preocupação constante na documentação de época, devido à fragilidade do território quanto a sua defesa. Assim, os neerlandeses aproveitavam dessa conhecida fragilidade para poderem se aproveitar de todas as benesses oferecidas pelos produtos tropicais. A partir de agora, veremos como se desenvolveu esse comércio híbrido, ou seja, quais as formas encontradas para otimizar o comércio entre tupinambá e holandeses.

2.3 COMÉRCIO E ROTAS TUPINAMBÁ

A prática do comércio no Estado do Maranhão seiscentista foi um dos principais fatores que propiciou e estimulou o europeu, seja neerlandês, espanhol ou até mesmo português, a fazerem inúmeros acordos com indígenas. Esses acordos são bem retratados na documentação de época.¹²⁴ Na verdade, o interesse pelo comércio de especiarias maranhenses faz parte de um processo bem maior de transferência de expectativas de riquezas, direcionadas para os produtos vegetais. O século XVII significou, de fato, uma retomada comercial, como lembra Russel-Wood, a respeito das trocas e circulação de gêneros, de origem vegetal ou animal

¹²³. Sobre as cousas do Grão-Pará (1619?). **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. p. 345.

¹²⁴ Sobre o tema: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769).** Tese de Doutorado (Universidade Estadual de Campinas), 2005.; HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch. O comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, vol. VI, nº 1 (2011), pp. 178-202.; HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). IN. CHAMBOLEYRON, Rafael. SOUZA JUNIOR, José Alves de (orgs). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial.** 1ª ed. Belem, PA: Paka-Tatu, 2016.

pelo mundo.¹²⁵ A nova etapa do comércio, consistia em aclimatar os velhos produtos asiáticos em novos cenários, principalmente em território americano.¹²⁶ É importante ressaltar que, para a América portuguesa, o termo “drogas do sertão” poderia, portanto, ser aplicado ao açúcar, assim como ao pau-brasil, e mesmo aos produtos aromáticos e medicinais de origem indígena.¹²⁷

No início do século XVII, já começaram as inúmeras especulações sobre produtos do sertão com grande valor comercial. Na *Relação de Missão do Maranhão (1609)*, famoso jesuíta Luís Figueira afirmava sobre a existência de uma infinidade de gêneros, entre os quais pau de tinta, as madeiras, e o algodão.

O sertão é muito grande e tem infinidade de gentio. O trato destes em madeiras preciosas e paus de tinta, pimenta e algodão, fios e redes, pássaros e bichos e em particular é de grande fama que tem trato com as Amazonas que parece que tem minas e a troco disso, lhes dão ferramentas, vestidos e as ensinam a usar os arcabuzes.¹²⁸

Inicialmente, depreende-se do trecho acima um aspecto bastante importante, qual seja o domínio que os índios tinham sobre as formas de obtenção ou extração das drogas, e mesmo das madeiras adequadas à construção naval. Dessa maneira, houve um aumento considerável no período da Guerra Fluvial desse tipo de demanda. Outro ponto relevante, seria a retirada das madeiras para a construção de canoas indígenas, usadas genericamente na guerra. De fato, a Guerra Fluvial inventou uma espécie de infantaria fluvial, o qual utilizava-se das canoas, construídas por indígenas, e retiradas da floresta para fazerem abordagens rápidas e furtivas.

De fato, em muitos documentos constam relatos variados acerca da existência de comércio clandestino, principalmente operado por “rebeldes” holandeses, traficando drogas do sertão. Na mesma época, Luiz Aranha de Vasconcelos comunica ao rei sobre a existência dos tais rebeldes, após o descobrimento do rio Amazonas. Segundo afirma o capitão luso:

Dos grandes proveitos que da terra tiram são tabaco, urucu que é uma tinta com grande proveito, assim com retiram da terra, algodão, pita e muita madeira de valor e que outras coisas mais que por confissão dos holandeses se mostram que acabavam carregando entre 12 e 15 navios por ano, pois são poderosos e as alfandegas de seus príncipes só aumentam.¹²⁹

¹²⁵ RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 227.

¹²⁶ CARDOSO, 2017, op. cit., p. 207.

¹²⁷ Ibid., p. 210.

¹²⁸ LEITE, op. cit., p. 108-109.

¹²⁹ “Informação de Luiz Aranha de Vasconcelos sobre o descobrimento do Rio das Amazonas”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. p. 393.

O Capitão português, André Pereira, ressalta a existência de um perigo para a Monarquia na aproximação dos indígenas com neerlandeses. O estabelecimento de fortalezas fixas para a prática do comércio furtivo, servindo como local de escoamento de mercadorias que eram transportadas nos navios cargueiros neerlandeses. Os Países Baixos conciliavam, assim, os aspectos comercial e militar do empreendimento. Segundo o capitão Pereira:

Se soube de um francês que ali andava fugido ao Maranhão, como em umas Aldeias do Gentio que estão pelo rio mais acima, andava um flamengo que ali tinham deixado outros para ter aprendido a língua e tão querido assim o gentio para seus tratos, e que também esperava por um irmão seu para povoarem naquela parte onde agora está a nossa fortaleza e onde havia poucos dias que se tinham ido três embarcações de flamengos como depois confessou o mesmo flamengo. O capitão-mor Francisco Caldeira o mandou vir a este dito flamengo do qual tivemos certa relação dos inimigos holandeses que estão no Cabo do Norte de que tínhamos notícia e como estariam 290 homens até 300 repartidos em duas fortalezas de madeira.¹³⁰

O comércio praticado entre os europeus, principalmente entre os neerlandeses e os indígenas, modificou toda a dinâmica da região. Muitas vezes, este tipo de comércio dependia de intermediários indígenas que aprendiam as línguas europeias e poderiam praticar o comércio nas fortificações. Desse modo, o desenvolvimento dessas atividades ocorria de forma efetiva, haja vista a disposição dos chefes indígenas no tocante a busca por favores e vantagens.¹³¹

Assim, a boa relação com lideranças da nação tupinambá era essencial para qualquer empreendimento, seja ele comercial ou bélico. O comandante holandês Van der Queere destaca em seu relatório, no ano de 1638, qual a expectativa holandesa em relação à participação indígena na guerra contra os espanhóis:

Os índios que vivem aqui à foz do rio, que estão sob o domínio desses portugueses, são muito dóceis e laboriosos para empregar em qualquer serviço e quanta retribuição vossas nobrezas teriam em emprega-los nas atividades subindo o rio ou para as Índias Ocidentais. Vossas senhorias teriam sempre o serviço de muitos índios sem gastos. E vossas senhorias poderiam ter deles melhor e mais serventia do que a mesma quantidade de soldados pagos, como posso dar melhor explicação a Vossas Senhorias de viva voz, assim como também das outras coisas.¹³²

É difícil não relacionar as notícias sobre o descobrimento de novas drogas e novas rotas se não pensarmos no controle da mão de obra nativa, ou seja, a

¹³⁰ “Relaçam do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. p. 256.

¹³¹ Ver sobre o tema: HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, vol. VI, nº 1 (2011), pp. 178-202.

¹³² HULSMAN. op. cit., p. 69.

possibilidade do apoio indígena era fundamental para qualquer ação, mas é importante pensar também acerca da logística de cultivo, extração e transporte dessas mercadorias, atividades em que os índios tinham importância decisiva. As trocas comerciais entre nações indígenas e holandeses revelam um fragmento importante do universo de relações possíveis nesse Novo Mundo. Os estudos mais recentes acerca dos povos indígenas, possibilitaram aos pesquisadores um novo olhar sobre tais interações.¹³³

Quando se fala nas relações tupinambá-neerlandeses, é importante ressaltar que a *WIC* havia estabelecido uma verdadeira política indigenista para a América lusa, proporcionando aos índios mais margem para negociação. Uma grande preocupação dos holandeses era o estabelecimento de níveis de amizade com as lideranças tupinambá. De fato, há inúmeros relatos sobre o tema. Para o capitão André Pereira, por exemplo:

As mercadorias que os gentios vendem aos holandeses são algodão, tinta de urucum, muita madeira, entre outros muitos produtos, pois na região não faltam de sorte alguma, tabaco e dizem os índios que ali na região existiam também franceses e que muito indígenas ajudavam eles. [...] Há neste lugar e neste rio em todas as partes dele diversas nações de índios, alguns muito bem encarados e sem barba, outros com cabelo comprido como se fossem mulheres. Ajudam a todos que trazem mercadorias para eles.¹³⁴

Com relação ao mesmo tema, o capitão holandês Van Der Queere ressalta que a fidelidade dos índios dependia, assim, de boas trocas:

Machados; 15 caixas; 6 caixas contendo caixinhas com quinquilharias, berimbaus de boca, flautas e outras coisas pequenas para troca; 4000 facas; 3000 fitas de todas as cores, pequenas e grandes; 4000 espelhos, pequenos e grandes; 30 quintais de ferro para fazer ferramentas para os indígenas e para outras necessidades que surgissem.¹³⁵

Os próprios holandeses tinham ideia da importância das trocas de mercadorias com os índios, tema esse que é bastante retratado e informado nas

¹³³ Sobre o tema, ver mais em: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.; CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese de Doutorado (Universidade Estadual de Campinas), 2005.; SBRANA, Darlan Rodrigo. **A GALHA DA FIGUEIRA BRANCA E O CARVALHO: alvorecer do Maranhão Colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambá (1603-1619)**. Dissertação (Mestrado – Programa de pós-graduação em História – UFMA), 2017.; MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História e do indigenismo**. Tese de Livre Docência (História) apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001.; POMPA, Maria Cristhina. **Religião com Tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial**. Bauru: Edusc/ Anpocs, 2003.

¹³⁴ “Relaçam do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905. p. 258.

¹³⁵ HULSMAN. op. cit., p. 87.

crônicas, principalmente nos documentos neerlandeses. Lodewijk Hulsman assevera que as constantes trocas entre holandeses e índios acabaram por criar um mercado de produtos específicos para exportação. O comércio com povos indígenas exigia pouco armamento e gastos reduzidos. O volume de produtos extrativistas era considerável, principalmente o tabaco e o urucum. Os valores que esses gêneros rendiam eram igualmente importantes.

As pequenas feitorias instaladas em grande parte da região amazônica, na primeira metade do século XVII, demonstram que houve uma ocupação duradoura. Entre os séculos XVI e XVII, a construção de fortificações se tornou um verdadeiro instrumento de guerra, pois em um período no qual todas as estradas eram terríveis e as tropas, ainda que bem pequenas, tinham dificuldades com a mobilidade, as construções de fortificações eram usadas para bloquear determinadas rotas, que acabavam ditando o curso de uma campanha inteira¹³⁶. Invariavelmente, a ocupação holandesa da Amazônia deixava indícios, sobretudo em mapas.

O mapa infra (Ilustração 02) supra é de autor desconhecido, mas certamente holandês. Esse mapa é provavelmente do início do século XVII e atesta a importância que davam para cada rota e rio navegável da região. Após a trégua entre holandeses e espanhóis, a participação holandesa na região aumentou como forma de retaliação aos espanhóis. Há relatos de todo tipo, explicando acerca de como fazer comércio ativo em campo inimigo. Os produtos que poderiam render lucros aos holandeses e a quantidades de indígenas que existiam no Delta Amazônico. Da cidade de Vlissingen, na Zelândia, partiram inúmeros navios com destino ao Maranhão, principalmente na década de 1620. A cidade Vlissingen tornar-se-ia um grande porto do curso holandês durante a guerra hispano-holandesa. O porto da cidade virou um grande centro para a navegação holandesa e inglesa que partiam para o Rio Amazonas.

¹³⁶ Sobre o tema, ver em: BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitânicas do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiá, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Fecho do império: História das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – século XVIII/XIX**. Belém. 1999. p. 129-193.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701)**. Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006.; POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender:**

A história da expansão holandesa para a rota amazônica é extensa e pouco trabalhada, mas cheia de detalhes que fazem surgir ao pesquisador curiosidades acerca dos motivos que levaram o auxílio indígena aos projetos batavos, a forma como manejavam esses acordos e faziam com que grande parte dos povos indígenas integrasse tal projeto. De outro modo, espanhóis e portugueses também faziam seus acordos. Em 1637, por exemplo, o famoso e renomado capitão português, Bento Maciel Parente, que seria governador do Maranhão, considerava importante oferecer aos índios certos favores, de modo que pudesse evitar uma invasão holandesa mais concentrada, como ocorrera em Pernambuco. Assim, a oferta de mercês era uma prática já falada anteriormente, que se fazia presente no imaginário português e na documentação de época.

Diz o governador do Maranhão Bento Maciel Parente que sempre foi costume mandarem se dar dádivas em nome de Vossa Majestade aos principais e cabeças de povos dos índios no tempo das conquistas do Brasil e aranhão e hoje é a maior razão, pois os rebeldes do norte querem fazer guerra e ali, teremos amizades com indígenas [...] ¹³⁷

Portanto, para o Estado do Maranhão, a guerra entre espanhóis e holandeses trouxe inúmeras consequências. Em primeiro lugar, parece que o embate trouxe à tona todo o debate acerca da necessidade de proteção militar da Amazônia Portuguesa, muito por conta da proximidade com zonas de exportação da prata hispano-peruana, propriamente, o Vice-Reinado do Peru, o Caribe e as Antilhas. A própria decisão de separar juridicamente e territorialmente o Maranhão da jurisdição do Estado do Brasil foi uma questão essencial e de suma importância para a proteção da fronteira hispano-lusa. Assim, a construção de uma rede de defesa poderia ser pensada com amplo auxílio indígena. Outra consequência fora a elevação de chefias indígenas à categoria de soldados, e, por último, maior visualização para o Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII, enquanto uma região rica e que teria muito a oferecer a quem se estabelecesse aqui. Em trabalho publicado recentemente, Wim Klooster ressalta que o comércio neerlandês, cujo principal pilar seria a guerra de conquista, concebia a ideia de que o processo de ocupação territorial era multinacional e multiétnico. ¹³⁸

¹³⁷ “REQUERIMENTO do governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, ao rei Filipe III, sobre a conveniência de se fazerem ofertas aos índios principais, no sentido de se obterem aliados”. 9 de Outubro de 1637. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx 1, doc. 116.

¹³⁸ KLOOSTER, Wim. **The Ducht Moment: War, Trade, and Settlement in the Seventeenth-Century**. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2016.

Dessa forma, uma das maneiras mais eficazes de dispor dos grandes contingentes de soldados, estava claro, era a oferta de vantagens e mercês as nações e seus principais, tese essa que é defendida no referido capítulo. Segundo o capitão português Jácomo Raimundo de Noronha:

[...] obrigando aos principais, que vão dar a cada ano a obediência ao Governador e ao Capitão mor do Pará para confirmarem as amizades, e verem eles a nossa força, pois com isto estarão sempre firmes em nossa amizade e não admitirão a amizade dos inimigos estrangeiros, ainda que os venham a cometer com as dadas e ferramentas. São muito amigos com temor, que terão de nossas armas, que sempre naquelas partes foram vitoriosas acompanhadas com os Religiosos de Santo Antônio, e com temor de serem castigados se tiverem amizade com os estrangeiros, com mortes, e cativos, como até agora farão os que com eles as tiveram, e com este temor estarão sempre firmes em nossa amizade [...]¹³⁹

Buscando uma diferença em relação aos hispano-lusos, os holandeses não formavam aldeias, ao modo dos missionários jesuítas, mas procuravam obter o apoio de outras formas. Os holandeses criaram diversas estratégias para conseguir convencer os índios a integrar seus projetos. Uma estratégia certa era convencê-los de poderiam obter mais vantagens em relação aos poucos acordos que obtinham com espanhóis e lusos. Sem dúvida, a região era de suma importância para outros projetos holandeses na América. Os mapas podem revelar qual seria essa conexão.

O mapa (Ilustração 03) em questão retrata muito bem o Delta Amazônico e suas peculiaridades em pleno século XVII. Demonstra as fortificações holandesas e sua formação híbrida, bem como, as formas instituídas pelos neerlandeses para reiterar o contato com povos indígenas da região. Desse modo, ao longo da imagem do mapa acima, percebe-se a quantidade de fortificações e sua importância para a Guerra. É importante ressaltar que imagens como essa, relatam de forma bem singular as características da presença neerlandesa e seus acordos realizados para permanecerem na região.

¹³⁹ “Relação de Jacome Raymondo de Noronha, sobre as causas pertencentes a conservação, e augm.^{to} do estado do Maranhão”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. p. 439.

Assim, o capítulo que se segue, trata de refletir sobre a forma como se deu a presença holandesa no Delta Amazônico, as suas formas de fazer contato, a amizade com povos indígenas e a consequente ajuda que estes davam aos projetos batavos, seja para obtenção de produtos amazônicos, como para construção de fortificações neerlandesas. Logo, faz-se necessário compreender as múltiplas formas de contatos, de táticas e estratégias utilizadas para se manterem ativos na região.

Não obstante, é importante ressaltar a relevância da Guerra Fluvial nas dinâmicas culturais, não esquecendo que cada um desses grupos estavam forjando e criando a sua própria identidade na medida das interações e tensões, deixando as suas marcas ao longo do processo. Logo, a presença neerlandesa é implementada por dois pontos essenciais: o contato e a amizade com os povos indígenas e a construção de fortificações com diversas finalidades para a época. Assim, construção dessas fortificações, consideradas como estruturas híbridas, é o tema central do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DE FORTIFICAÇÕES NEERLANDESAS

3.1 FORTES, FORTALEZAS, CASAS FORTIFICADAS: FORMAS DE ESTABELECIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

O processo de fixação territorial na região comportava diversas representações do poder. As fortalezas neerlandesas foram, além da expansão territorial, um centro de relações sociais entre tupinambá e neerlandeses. As edificações eram um misto de coisas e abrigavam várias funções, fornecendo legitimação da ocupação na esfera de costumes e ideologias num processo de ressignificação cultural. As bases de construções militares eram quem a *prima face* asseguravam a imponência e a respeitabilidade aos neerlandeses no processo de expansão pelo Delta Amazônico e, por conseguinte, impunham suas marcas presenciais e ocupacionais.

Consustanciava-se esse processo no erguimento de fortalezas, fortins, fortes e casas fortificadas, com propósito de promover não apenas a manutenção e defesa eficiente desta região, mas de assegurar e legitimar seu empoderamento local e viés político de dominação territorial, motivo pelo qual, tais bases eram denominadas de estruturas funcionais, por irem além dos propósitos usuais de guerra.¹⁴⁰

Dessa forma, uma vez esclarecido sobre o caráter funcional e agregador dessas bases, se faz importante promover a caracterização dessas fortificações, para que se possa identificar quais eram as construções feitas na região Amazônica seiscentista, haja vista, a sua territorialidade e a posição de seus rios. Faz-se mister trazer à baila a problemática sobre a escassez de referenciais teóricos, haja vista que no passado, os livros técnicos ao abordarem o tema referiam-se apenas como critérios distintivos as medidas métricas apresentadas pelas construções, diferenciando-as em pequena, médio e grande porte.¹⁴¹ As construções menores

¹⁴⁰ QUEIROZ PRATA, Maria Catharina Reis. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **Vértices**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2011, p. 127.

¹⁴¹ Ver sobre o tema em: ALBERTI, Leon. **Los diez libros de Architettura (1452)**. Espanha: Universidade de Granada. Livro IV. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. p. 118.; VELLOZO, Diogo da Sylveira. **Architettura Militar ou fortificação Moderna (1743)**. Transcrição e comentários: Mario Mendonça de Oliveira. Salvador: EDUFBA, 2005, p.27.; VITRUVIO, M. P. **Los**

eram alcunhadas de *Casas Fortes* e *Redutos*, enquanto que as medianas, eram classificadas como *Fortins* e *Baterias*, e por último, as construções de grande porte que seriam os *Fortes* e *Fortalezas*, estas que teriam a capacidade de se defender e de atacar por todos os lados, por longos períodos de tempo, as mais usuais pelos neerlandeses. Estudos mais sistemáticos sobre essas estruturas demonstram a sua complexidade:¹⁴²

Forte, além de se remeter ao aspecto psicológico e simbólico de uma estrutura resistente, é um termo que tem um significado técnico preciso que o diferencia dos outros tipos de obras defensivas, o reduto, a bateria, a fortaleza e a praça forte. É uma construção fechada, isto é, com defesa por todos os lados, capaz de resistir a ataque mais ou menos prolongado. Sua construção tem que possibilitar a seus ocupantes usarem suas armas contra um possível inimigo, o que é uma característica de todas as fortificações, pois sem essa possibilidade, essas estruturas seriam apenas abrigos. Para poderem resistir a um assédio, tem quartéis e paios – depósito de munições e alimentos -, o que os diferencia dos fortins que não precisam desses prédios de apoio. Finalmente, se distingue de uma fortaleza por ser uma construção única, independente de outras, apesar de pode ser subordinada a uma obra de maior porte, uma fortaleza ou uma praça forte.¹⁴³

Destarte, uma vez compreendida a significação e importância das fortificações como símbolo políticos de domínio territorial e o porquê do seu caráter de estrutura funcional, há que perceber sua subcategorização em edificações provisórias, tendo em vista que os neerlandeses, até meados de 1641, utilizavam-se da mão-de-obra indígena e das matérias-primas locais que, por conseguinte, refletiam a “precariedade” de suas fortificações que eram de pouca resistência e menor durabilidade quando comparada às portuguesas, que eram de caráter permanente, logo, os neerlandeses encontravam-se muito mais suscetíveis de ataques hispano-lusos.

Sob esta temática, a Dra. Maria Catharina Reis Queiroz Prata esclarece a distinção entre as *estruturas permanentes* e *provisórias*, sendo as primeiras erguidas com materiais alta durabilidade, tais como pedra e cal, e normalmente erigidas pelo

diez libros de arquitectura. Reprodução digital baseada em edição de Madri, Imprensa Real, 1987. Tradução de Joseph Ortiz e Sanz, 2002. (Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes);

¹⁴² Ver mais sobre o tema: BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitânicas do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens.** Jundiá, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Fecho do império: História das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – século XVIII/XIX.** Belém. 1999. p. 129-193.;

¹⁴³ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Forte.in GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; TOMPSON, Ana Lúcia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2ª Ed. Rio de Janeiro. Brasília: IPHAN, 2016 (verbete);

Estado por meio de um projeto com tal finalidade estatal; enquanto que as segundas eram construídas na medida que aconteciam os embates e combates, empregando assim, materiais que são próprios da região, como madeira, terra ou taipa.¹⁴⁴

Observa-se, portanto, uma distinção pertinente no processo de fortificação neerlandesa em relação aos hispano-lusos, principalmente, no que se refere aos portugueses grandes referenciais na temática. Portugal, influenciado pelos ideais renascentistas, apresentava em suas fortificações a compleição de modelos geométricos precisos, principalmente no Século XVI, período em que eram predominantes modelos hexagonais e poligonais regulares dotados de simetria e retas, em uma tendência de afastar-se dos modelos quadrangulares e de difícil percepção plena, como as vigentes no período anterior. Merece salientar, também, a participação dos italianos nesse processo, pois sua eram frutos do berço renascentista e da pertinência da cultura humanista, levando os portugueses a estreitarem seus laços e estabelecerem intercâmbios na seara arquitetônica, formando e capacitando profissionais, permutando informações e experiências, cujo propósito maior era estabelecer novas estratégias defensivas, principalmente, com o intuito de conservar as colônias em expansão situada na América, África e Índia.¹⁴⁵

Outro ponto, pertinente a ser observado foram as tratadísticas específicas sobre o processo de fortificação militar luso-italiano, tais como, *De Architectura Libri Decem* de autoria do romano Vitruvius, referencial notório nos tratados portugueses

¹⁴⁴ QUEIROZ PRATA, Maria Catharina Reis. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **Vértices**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2011, p. 133.

¹⁴⁵ Sobre o tema, ver nos seguintes autores: BARTHEL, Stela Glaucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação**: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2007.; BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar**: novos caminhos e novas abordagens. Jundiá, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Fecho do império: História das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo do Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – século XVIII/XIX. Belém. 1999. p. 129-193.; MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos; CASTRO, Adler de. **Arquitetura Militar**: um panorama histórico a partir do porto de Santos. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, FCEB, 2003.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa**: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701). Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006.; QUEIROZ PRATA, Maria Catharina Reis. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **Vértices**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2011, p. 127-145.; VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia**. In: Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1905.; VITRUVIO, M. P. **Los diez libros de arquitectura**. Reprodução digital baseada em edição de Madri, Imprensa Real, 1987. Tradução de Joseph Ortiz e Sanz, 2002. (Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes);

de fortificação e nas recomendações de construção, onde em seu primeiro livro alertava sobre a projeção das fortalezas com curvas sinuosas de forma a permitir a visão do inimigo sob diversos ângulos, em ato contínuo, assevera em seu segundo livro quais materiais mais indicados para construção, além de elucidar sobre a forma mais adequada de empregá-los, tanto que a partir desta obra, instituiu três conceitos basais frente à construção de edificação públicas, quais sejam, a: estabilidade (*firmitas*), funcionalidade (*utilita*) e beleza (*venustas*), características que impulsionaram a prevalência da regularidade nas construções, a busca pela perfeição e a criação de novos modelos de fortificação, como a abaluartada, modelo característico dos neerlandeses.¹⁴⁶

Ocorre, que mesmo sendo salutar e inovador para época, inúmeras foram as problemáticas percebidas no que se referia à dimensão, forma, angulação e quantidade, não sendo possível aos tratadistas obterem respostas exitosas em seu uso, tendo que recorrer a profissionais especializados, o que motivou a formação da Engenharia Militar em Portugal, consignatária das escolas de fortificação, cujas influências predominantes advieram dos italianos, holandeses e italianos. Assim, mesmo tendo sido a escola italiana a primeira a ascender no processo de fortificação, com maior preponderância no século XVI, por instituir métodos que garantiam maior solidez, durabilidade e estabilidade para erigir fortificações, eram, também, patente crítica quanto ao aspecto financeiro, pois suas obras tornavam-se mais custosas por utilizar alvenarias de pedras, matérias-primas que no Estado de Maranhão e Grão Pará inexistiam, tendo que ser trazidas de Portugal; outra contribuição pertinente dessa escola foi o emprego de matemáticos e mestres arquitetos renascentista que desenvolveram versões primitivas dos campos entrincheirados; inventos de castramentação (compreensão do terreno de batalha) e técnicas de revestimento dos muros com alvenaria e de mensurada altura, para que pudessem absorver os impactos de projéteis e ricocheteá-los de volta; criação do modelo de fortificação em baluarte, que foram aprimoradas pelos holandeses.

A escola holandesa foi o maior referencial de fortificação urbana nas cidades e colônias para os hispânicos-lusos, posto que eram criteriosos com as medidas e distâncias entre as construções, sendo as estruturas relacionadas e proporcionais

¹⁴⁶ Ver sobre o tema em: VITRUVIO, M. P. **Los diez libros de arquitectura**. Reprodução digital baseada em edição de Madri, Imprensa Real, 1987. Tradução de Joseph Ortiz e Sanz, 2002. (Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes);

entre si, tendo sempre por referência a formação do baluarte em uma posição angular de 90º, pois se fossem agudos arruinariam a própria simetria do ângulo, contudo, se fosse obtusos expô-los-ia a ataques inimigos¹⁴⁷. Outro ponto afeto e pertinente a escola holandesa era o uso de fossos para contenção de água, já que por vezes a fortificação era estabelecida em condições geográficas não favoráveis, tais como, terrenos alagadiços, com desníveis, sujeitos a inundação, ensejando também o uso de taludes externos, estradas cobertas e linhas defensivas externas aos baluartes, porém como o mesmo centro radial¹⁴⁸.

Percebe-se, então, que as técnicas da escola holandesa foram empregadas na região do Maranhão e Grão-Pará, porém, adaptadas as suas condições geográficas e hídricas, de forma que para minimizar os impactos de projéteis nas suas construções utilizavam terra, enquanto suas muralhas eram revestidas de taipa com faxina ou lodo, tendo o emprego de pedras apenas em sua base, diferentemente do referencial italiano que utilizavam tijolos até mesmo em seus revestimentos, assim, as edificações neerlandesas eram mais céleres e menos onerosas, além de outras inovações como áreas enxutas nos fossos aquáticos para realizar contra-ataques.¹⁴⁹

Destarte, são perceptíveis as influências e referências dessas técnicas no processo de estabelecimento e construção das fortificações no Delta Amazônico, retratado precipuamente como fomento para o processo de expansão territorial neerlandesa, mas não em caráter exclusivo, pois inúmeras alusões são identificadas, também, nos discursos de administradores, navegantes, expedicionários, luso-espanhóis, acerca das fortificações, seus métodos de construção, as fragilidades percebidas e as funcionalidades aos quais desempenhavam, demonstrando, portanto, como a historiografia validava-se dessas construções para compreender o processo fundamentalista dos interesses políticos envolvidos: as edificações iam além do seu sentido ordinário, assumiam papéis fundamentalistas cujas barreiras transcendiam a mera significação arquitetônica ou

¹⁴⁷ Ver mais sobre o tema em: OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Salvador, BA: Fundação Gregório de Mattos, p. 20.

¹⁴⁸ Ver mais sobre o tema em: MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos; CASTRO, Adler de. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, FCEB, 2003, p. 64.

¹⁴⁹ BARTHEL, Stela Glaucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2007, p 46.

militar para retratar efetivas relações de respeitabilidade, poderio e sua manutenção, conforme nota-se nos escritos da época.

Assim, Manoel de Sousa D'Éça, capitão português do presídio do Grão-Pará, assevera em um de seus Requerimentos endereçados ao Rei Filipe III, a presença de ádvenas, principalmente holandeses, e que para expulsá-los, manter a posse e garantir a ordem sob domínio de Portugal seria indispensável investir na construção de fortificações pelo Delta Amazônico, estabelecer a fortificação de madeira em outro ponto a fim, até mesmo, de viabilizar o descobrimento do Cabo Norte, motivo pelo qual requer em particular o envio de munições e pessoal especializado (inclusive para o pensar estratégico dessas fortificações), senão vejamos as transcrições infra:

Para que Vossa Majestade mande prover as seguintes coisas:

- 1) Se deve mudar a fortificação de pau a pique do sitio onde se encontra;
- 2) Se Vossa Majestade estiver servido, vá ele mesmo suplicante fazer pessoalmente os descobrimentos que forem de mais importância, majoritariamente do Cabo do Norte para assim desfazer as feitorias que nele tem os estrangeiros e expeli-los de la;
- 3) Lembrar a Vossa Majestade que no Estado não há artilharia que se preste;
- 4) Que a conservação e o armamento da dita conquista insiste na paz com os naturais dela, principalmente os capitães e governadores das povoações, que esta só se adquire por meio de dádivas;
- 5) Duas embarcações pequenas de vela para o descobrimento e serviço da conquista, os quais se poderão fazer tirando as madeiras daqui.¹⁵⁰

Nota-se, portanto, que Manoel de Sousa D'Éça tinha objetivos específicos a serem alcançados ante a expansão pelo Estado do Maranhão e Grão Pará, mas para que tais propósitos fossem obtidos, seria imperioso a implantação de novas fortificações e implementação das já existentes, situando-as em pontos precisos e estratégicos, e que fossem mais estáveis, duráveis e sólidas, utilizando-se não apenas de matéria-prima local, mas de elementos que possibilitassem um diferencial no tocante ao revestimento e proteção contra os estrangeiros.

Outra questão a ser observada, é a referência ao Cabo do Norte, que demonstrava ser um ponto crucial no processo de expansão, era tido como uma localidade tática, haja vista ser uma possibilidade de facilitação de passagem rumo ao encontro da prata espanhola, e por via contínua, uma forma de mitigar a incursão

¹⁵⁰ "REQUERIMENTO do capitão do presídio do Grão-Pará, Manuel de Sousa de Eça, para o rei (D. Filipe III), a solicitar a adopção de um regimento particular para o governo que vai assumir; a mudança da localização da fortificação de madeira; esclarecimentos se deverá ir pessoalmente fazer o descobrimento do Cabo do Norte e pôr fim as feitorias e expulsar os estrangeiros; e o envio de munições e pessoal especializado, de uma botica e cirurgião e bandeira e tambores para a capitania do Pará." 13 de janeiro de 1623. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 23.

de estrangeiros, principalmente neerlandeses, que comparado a outros invasores representavam maior risco, primeiro porque se utilizavam da amizade com os indígenas com sabedoria arдил, adquirindo inúmeras vantagens: auxílio na apropriação das riquezas naturais que estavam sob domínio hispano-luso; conhecimento das melhores rotas que favoreciam a prática imperceptível do tráfico; fixação em locais sazonais e propícios, sendo as fortificações construídas a partir da engenharia indígena; assim, além de impulsionar a prática exitosa da pirataria, seu propósito maior (e implícito) só foi amplificado, qual seja, a viabilização da sua associação a outras nacionalidades opositoras à Espanha e Portugal, tais como ingleses e irlandeses, que garantiram-lhe apoio e intensificação da concorrência internacional.

3.2 A CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL E A ENGENHARIA INDÍGENA NO ESTADO DO MARANHÃO SEISCENTISTA

A institucionalização do Estado do Maranhão e Grão-Pará representou não apenas uma notoriedade da sua formalização por propósitos de emancipação ou organizacional, o intuito primordial era suavizar os “ciclos de invasões”¹⁵¹ aos quais estava continuamente sujeita ante a busca pela prata espanhola e outros metais de valor econômico para Europa, tendo em vista situar-se em uma região de fronteira de fácil dimensionamento territorial, acerca disso leciona o Doutor Alírio Cardoso:

As informações sobre a existência de metais de valor econômico, bem como, sobre outros gêneros, vegetais e minerais, podem ser encontradas em praticamente todo o período. O problema é que este quadro de possibilidades não atraiu apenas portugueses e espanhóis. Com efeito, entre o final do século XVI e início do século XVII, vários outros países financiaram expedições entre as Guianas e o Maranhão, montaram entrepostos comerciais ou, como no caso dos franceses, tentaram construir uma ocupação militar-civil fixa. No imaginário de muitos destes navegadores, militares e homens de negócios, genericamente chamados de “piratas” pela burocracia hispano-lusa, estava a memória das crônicas e outros gêneros de relatos sobre a existência de riquezas na tríplice fronteira entre as Índias, o Brasil e o Maranhão.

Assim, vê-se que a conquista da região de forma efetiva era um dentre os diversos desígnios pretendidos, contudo, o principal era a retirada dos estrangeiros que já estavam alocados as margens do Cabo do Norte, principalmente os neerlandeses, como relatado em diversas crônicas, cartas, requerimentos e ofícios do Seiscentos, que atestavam não apenas a presença desses, mas a instalação de

¹⁵¹ CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão- Grão Pará nos tempos da União Ibérica**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017. p. 94 a 87.

inúmeras fortificações naquela região. Tendo em vista a significativa expansão estrangeira, muitas outras nações que não detinham de um bom relacionamento com Espanha e Portugal ou que pretendiam as mesmas benesses retiradas da região, passaram a associar-se aos neerlandeses, que já tinham prática no escambo com os indígenas e conservavam os elos de amizade com eles, tanto que para melhor assegurar-los, usualmente deixavam feitores na região para poder viabilizar o diálogo e aprimorar a comunicação com os naturais e obter mercadorias lucrativas, de forma a conseguir traficá-los para a Europa, contrabandeando durante inúmeras vezes ao ano.

Destarte, ante o diferencial neerlandês, os franceses, ingleses, irlandeses e italianos, estabeleceram uma associação internacional como forma de facilitar seu acesso rumo ao idealizado “el plata” espanhol, caracterizando a concorrência internacional como meio de afetar diretamente as conquistas e poderes hispano-lusos. Outro benefício alcançados pelos neerlandeses a ser observado, foi o desenvolvimento da “política” de escambo e comércio na região, tendo como grande fomentador os indígenas, conhecedores da região orientando-lhe nas melhores rotas de tráfico e fuga, além de asseverar o elo de amizade ente eles – seara esta não tão bem dominada pelos portugueses e espanhóis –, tanto que por espontâneo acordo eram quem dispunham de técnicas e saberes úteis até mesmo na edificação de fortificações e no processo de construção com mão-de-obra e matéria-prima.

Depreende-se nos relatos enviados aos portugueses e espanhóis, que a concorrência internacional e a engenharia indígena no Estado do Maranhão seiscentista em favor dos neerlandeses era motivo de preocupação tanto dos que se encontravam aqui como na respectiva Monarquia católica. A exemplo disso, cita-se a consulta realizada pelo Conselho da Fazenda junto ao Rei Filipe III, sobre como proceder com a partida das embarcações dos rebeldes holandeses em direção ao Pará¹⁵², percebe-se, portanto, o quão importante era a Amazônia para a Coroa hispano-luso, haja vista, a quantidade de socorros enviados para a localidade e para a devida expulsão dos neerlandeses. Em outro trecho da consulta realizada pelo Conselho da fazenda, o Capitão dom Pedro de la Cueva assevera novamente o quão preocupante e incômodo é a presença de holandeses na região:

¹⁵² “CONSULTA do Conselho da Fazenda para o rei (D. Filipe III), sobre a notícia da partida de quatro naus holandesas com o objetivo de conquistarem o Pará.” 03 de agosto de 1624. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, 28.

Uns flamengos que de Hamburgo vieram há poucos dias carregar naus com sal e que perguntando sobre a um deles o que se dizia que se passava e ordenada em Holanda, lhe respondeu o flamengo que “estavam os holandeses apresentando naus grandes para virem para ao Pará fortificar”. Por ele, o capitão entender a importância daquela conquista, que faltava munições e gente e que repartida estava, tinha por força que Vossa Majestade mandasse acudir a região.¹⁵³

Noutra transcrição realizada pelo governador Jacome Noronha descreve a necessidade de abalroar a construção de fortificações estrangeiras como meio imperioso de conservação e defesa do território contra os rebeldes holandeses, além de demonstrar preocupação com o estabelecimento na região amazônica e com a amizade do indígena, que para ele só seria capaz de ser mantida, se estes receberem dádivas e graças por partes dos portugueses, estratégia bastante relatada em documentos espanhóis, portugueses e holandeses referentes às décadas de 1620 a 1640:

Coisa que é bem entendida é que toda a defesa e força da Conquista do Maranhão e Grão-Pará, consiste no gentio e índios moradores naqueles grandes rios e lagos, porque estando em amizade com indígena e confederação com os portugueses, não haverá poder dos inimigo holandeses, nem outra nação estrangeira, que os possam conquistar e trazer sua amizade e sendo o contrário, estando contra nós, e vindo qualquer nação estrangeira, se meterão com eles e se tornarão contra nós, o que seria totalmente a destruição dos portugueses e do Estado do Maranhão e Grão-Pará. A forma de se manter no Estado é fortificando-lhe e sendo-lhe amigo dos naturais.¹⁵⁴

Assim, é necessário compreender a importância das fortificações nesse contexto, pois era uma região importante politicamente e estrategicamente pensada como espaço de poder. A defesa do Estado do Maranhão, na primeira metade do século XVII, e sua conquista era parte de um projeto hispano-luso de ocupação produtiva da região fronteiriça, sendo a região amazônica um dos temas mais bem tratados. Por outro lado, em grande parte da documentação utilizada para composição desse estudo, não se identificou descrições pontuais de como eram construídas essas fortificações, os materiais utilizados ou técnicas empregadas, em contrapartida nota-se diversos relatos da participação indígena e de como esta era considerada ativa e generalizada.

¹⁵³ “CONSULTA do Conselho da Fazenda para o rei (D. Filipe III), sobre a notícia da partida de quatro naus holandesas com o objetivo de conquistarem o Pará.” 03 de agosto de 1624. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, 28.

¹⁵⁴ “Relação de Jacome Noronha sobre as cousas pertencentes a conservação e aumento do Estado do Maranhão”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905. p. 435.

Sobre a presença holandesa no Maranhão do século XVII, tem-se escritos dos anos de 1623 a 1625, em especial de autoria dos portugueses Luís Aranha de Vasconcelos e o capitão Vicente Cochado, que são de suma importância para compreender o processo de descobrimento do Rio Amazonas, bem como, a identificação das rotas mais usadas pelos neerlandeses, quais as características e tipos de fortificações edificadas, como foram estabelecidas as parcerias com os indígenas da região, traçando formas para combatê-los e destruir suas fortificações, além de tentarem demonstrar a viabilidade da rota Maranhão/Peru, inclusive o capitão Luís Aranha de Vasconcelos afirmava ter à disposição uma caravela, gente do mar, armas e mantimentos para alcance desses propósitos, tanto que em cartas relatavam o propósito de queimar as edificações neerlandesas, rogavam por mais defesas para a região do Estado do Maranhão e Grão-Pará,.

A jornada que saiu do Grão-Pará, relatada no escrito de 1623, contava com auxílio de experientes navegadores, como Pedro Teixeira, Antônio Vicente Cochado e Bento Maciel Parente¹⁵⁵, enquanto que no ano seguinte, o piloto-mor Antônio Vicente Cochado, refere-se a ameaça externa holandesa como onipresente, e com colaboração dos ingleses, que já utilizavam da rota Maranhão-Índias para traficarem toda sorte de produtos, como tabaco, algodão e pau-de-tinta. Relatava ainda, sobre as fortificações existentes e a experiência de invernaem no Cabo do Norte, local em que se abasteciam com farinha, carne de porco e pescado da região, e de lá, segundo o Capitão, “se vão às Índias, aonde fazem muito dano”¹⁵⁶. Ratificando tal relato, o capitão e comandante Luiz Aranha de Vasconcelos assegura a presença holandesa com insatisfação, senão vejamos,

E perseguindo viagem, fui tomar o Maranhão e para onde tomei mais alguns soldados e um bargantim e seis canoas de índios amigos com o que iniciei o descobrimento e no decurso deles, fiz pazes e domei a obediência a Vossa Majestade de muitos gentios e o persuadi para que me acompanhassem com suas canoas e armas e com ele rendi e **tomei duas fortalezas aos holandeses que naquele grande rio tinham situadas, uma chamada Maturu e outra Nassau**, cativando-os a todos e senhoreando-me da artilharia, armas e munições e escravos de angola que

¹⁵⁵ “REQUERIMENTO de Luiz Aranha de Vasconcelos para o rei [D. Filipe III], solicitando ordens régias para seguir novamente para a região do Rio Amazonas, com o objetivo de expulsar os invasores holandeses e ingleses que ali se encontram, ou concessão de licença para viajar até a cidade do Porto, sua terra natal.” 3 de junho de 1625. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 30.

¹⁵⁶ “RELAÇÃO que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Almazonas, e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V.Magde”. 27 de Julho de 1624. **AGS**. Archivo General de Simancas, Secretarias Provinciales, 1467, flº 688-691v.

tinham. E assim lhe botei uma nau a fundo com morte de muita gente. [...] e a artilharia, armas e munições que tomei das fortalezas inimigas.¹⁵⁷

Tais informações foram de suma importância para compreensão das táticas e estratégias utilizadas no combate a Guerra Fluvial e estabelecimento na região Amazônica, pelos portugueses e neerlandeses. Assim, a utilização e construção das fortificações desempenhavam diversas finalidades, desde espaço para guerra, como local para efetuar trocas de mercadorias com indígenas amigos, dessa maneira, no mesmo relato, discorre que acerca dos “Grandes proveitos da terra tiram em tabaco, urucum e carajuru que são tintas, e algodão e madeira de grande valor. E outras coisas de que por confissão dos holandeses se mostraram carregar de 12 até 15 navios a cada ano”.¹⁵⁸

O relato sobre a jornada de Vasconcelos, português que tinha ordens de Filipe IV para localizar os fortes holandeses no rio Amazonas, nos dá ideia das dificuldades encontradas durante a Guerra Fluvial no Estado do Maranhão. No ano de 1624, fora apresentado um outro relatório da jornada de autoria do Capitão Antônio Vicente Cochado, tido como um dos mais importantes para compreensão de todo esse processo, inclusive por ser no período da invasão neerlandesa à Bahia, onde confirma ao Monarca Católico existência dos fortes Maturu (ou Orange) e Nassau, que estavam localizados na margem direita do rio Xingu, tese confirmada pelo documento das informações relatadas por seu companheiro de viagem, Luís Aranha de Vasconcelos. Dispunha em seus escritos que as fortalezas contavam com inúmeros mercenários irlandeses e ingleses e funcionavam como postos avançados para a navegação entre as regiões. Assim, logo no início da narrativa, ele descreve como ocorreu a destruição da primeira fortificação holandesa, cujo nome é *Maturu*.

Fomos navegando com barco, lancha e as canoas e chegamos a Maturu, que é a primeira fortaleza dos Holandeses. Antes de chegar a esta, nossos espões que iam a diante, tiveram o encontro com muito gentio que estavam em cilada, metendo-se nas suas canoas, lhe deitaram no fundo e as mais fugiram a noite. Chegamos a Maturu, onde fomos amanhecer a 16 de 1624 do mês de junho, debaixo da fortaleza, de modo que não tiveram lugar de avisar ao seu gentio, nem as pessoas da outra fortaleza que lhe tinham tomado as portas, enviamos um canoa à fortaleza e rompendo o alvo com uma bandeira branca, dando-lhe o recado que despejasse as terras, pois eram do Rei de Espanha e não do Conde Mauricio . Foi o capitão tomar

¹⁵⁷ “Informação de Luís Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do rio das Amazonas”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. p. 392.

¹⁵⁸ “Informação de Luís Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do rio das Amazonas”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. p. 393.

posse da fortaleza e se lhe entregarão as chaves dela, com todos os despojos que eram negros de Angola, índios e resgate de toda sorte, e algodão, tabaco e artilharia. Os holandeses ali, eram 14 e logo se ordenou que arrasasse com a fortaleza e se queimasse, como fez queimando também as armas do Conde Mauricio que ali estavam postas.

Assim, a primeira fortificação holandesa fora queimada e tudo que estava dentro dela foi capturado pelo capitão português, um destaque importante a ser feito é o fato de ter sido durante à noite, com uma canoa feita por indígenas e todo o prosseguimento do feito ter sido realizado por eles, percebendo-se o qual importante é o papel indígena para obtenção de sucesso em todas as fases. Em outro trecho do mesmo relato, há descrição de como ocorreu a queimação da segunda fortificação holandesa, senão vejamos.

Partimos aquele mesmo dia a noite para a fortaleza de Nassau, que está dali a léguas e no caminho, encontramos as nossas canoas conseguidas da fortaleza, onde íamos e pondo-se em fugida, as nossas lhe deram caça e delas atacaram duas que se meteram no fundo matando todos os que iam nelas que era Índios, que seriam cinquenta. Os nossos gentios, mataram dois principais que eram aliados deles, flecharam dois brancos e feriram alguns negros. Foi arrasada a fortaleza e queimada, como fizemos às outras e Maturu, era mais forte e tinha gente como a outra. No dia 19 do dito mês de junho, partimos para a nossa fortaleza no Pará com as embarcações carregadas com os holandeses, negros e gentio que seriam por volta de 130 pessoas. Vindo seguindo nossa viagem para a fortaleza, encontramos a 20 léguas dela o capitão Bento Maciel Parente que vinham em nosso socorro entendendo estarmos em perigo. Assim, nos ajudou.¹⁵⁹

Dessa maneira, findando o relato do Cochado e a descrição do mapa abaixo (ilustração 04) é importante ressaltar que ele afirma “pelo muito dano que pode resultar em caso que ali se fortifiquem importa a V. Maj. para a segurança daqueles portos e descobrimentos que fizemos, fazer fortaleza aonde estavam as Neerlandesas, pois a *brevidade* é o que mais importa.”¹⁶⁰ Assim, compreende-se a grande relevância que os portugueses e neerlandeses davam à construção de fortificação na região, haja vista, ser uma forma de expressar domínio territorial sobre a localidade, bem como, a importância do gentio para a configuração da estadia de quem quer que fosse. Na Ilustração 04 é possível identificar detalhes cuidadosamente pensados pelo Capitão Vicente Cochado quando da representação das diversas ilhas localizadas dentre os diversos rios do Estado do Maranhão e Grão-Pará, tais como os rios Pará, Moju, Pacajá e o próprio Xingu. Na parte superior

¹⁵⁹ “RELAÇÃO que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Almazonas, e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V.Magde”. 27 de Julho de 1624. **AGS**. Archivo General de Simancas, Secretarias Provinciales, 1467, flº 688-691v

¹⁶⁰ “RELAÇÃO que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Almazonas, e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V.Magde”. 27 de Julho de 1624. **AGS**. Archivo General de Simancas, Secretarias Provinciales, 1467, flº 688-691v

do quadro, é possível identificar a cidade de Belém, à época, capital da capitania do Grão-Pará, com uma possível representação da sua fortificação, que segundo a descrição de Vicente Cochado, contaria com quatro baluartes de orelhões.

ILUSTRAÇÃO 04: Descrição dos rios Pará, Curupá e Amazonas



Fonte: COCHADO (1623)

No contexto da Guerra Fluvial e do elo existente com os indígenas, o capitão neerlandês, Jacob Van De Queere descreve para a Companhia das Índias Ocidentais sobre os indígenas e o serviço que estes faziam para o Neerlandeses,

A alguns índios estimo mais e eles fariam melhor serviço de que muitos soldados valorosos, e quando alguém perguntasse se seria possível recrutar esses índios de imediato e se eles fossem de confiança, daria a resposta que esses mesmo índios por medo da gente do Maranhão e pela pequena fortaleza ali existente, foram subjugados e colocados a força em escravidão. Por um outro lado, há no mato, os que chamamos índios selvagens. Eles, os portugueses, temem muito ser consumidos por eles, porque são índios sem habitação fixa, que não ficam num lugar determinado. Por isso, esses índios, vindo que alguns de nossa nação que vinham ali, foram mais fortes que os portugueses, tornaram-se de imediato inimigos mortais dos portugueses, por terem sido escravizados por eles.¹⁶¹

Assim, percebe-se a diferença entre as políticas indigenistas, portuguesa e neerlandesa, haja vista que a política indigenista portuguesa, indicava escravização em massa dos indígenas, bem como, a inexistência de alguma possibilidade de negociação por parte deles. Assim, os Neerlandeses, com a sua política de mais liberdade aos indígenas, ao chegarem em solo Amazônico, aproveitaram-se de todas as formas para conquistar e manter o apoio de muitos povos indígenas, pois a possibilidade de conseguir obter algum lucro ou alcançar a sonha prata espanhola, só poderia se dar, por meio do auxílio dado pelos indígenas, haja vista que, em função das distâncias e dos grandes gastos, estava fora de questão o envio de contingentes de soldados europeus.

Os líderes indígenas conquistados na região eram, portanto, líderes militares. Sem eles, nenhum processo de expansão realizada por portugueses, espanhóis ou até mesmo neerlandeses, seria possível. As técnicas militares utilizadas por esses guerreiros indígenas eram muito mais eficientes que as originais no Velho Mundo ou até mesmo nos Países Baixos. Sem o decisivo apoio dos arqueiros indígenas, as tropas não teriam conseguido se manter no Delta Amazônico, muito menos, fazer acontecer a Guerra Fluvial. O conhecimento dos terrenos, o uso de mais diversos tipos de armas e todas as estratégias de ataques de guerrilha atordoavam qualquer um que fosse inimigo. Nas florestas e rios, os estrategistas europeus tinham que se curvar diante do indígena.

O mais eficiente das técnicas militares utilizadas por indígenas no Delta Amazônico eram os “assaltos repentinos”, pois os Europeus não estavam

¹⁶¹ QUEERE, Van de. “Uma breve exposição sobre qual maneira, se Deus quisesse, eu faria a viagem pelo Amazonas e como procederia.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 73.

acostumados a este tipo de estratégia e consideravam-na extremamente odiosa, mas muito eficiente e rápida. Outra técnica bastante utilizada para se pensar como se dava essa engenharia indígena, era manterem sempre os espias no alto das árvores para vigiarem os rios e avistarem qualquer tipo de pessoa que fosse considerada inimiga.

Assim, a cooperação internacional com o objetivo de se fixar na região amazônica, só poderia acontecer e ser efetiva, se existisse o apoio dessas pessoas e eles teriam que ser bem recompensados, com honrarias e um status diferenciado. Dessa maneira, o capitão Neerlandês relatou sobre um pedido realizado para a WIC como forma de pagamento ao apoio indígena.

- 800 chapéus;
- Mais 200 chapéus;
- 1500 pares de sapatos;
- 2000 camisas;
- 1500 tecidos vermelhos para fazer camisetas;
- 60 botões;
- 50 libras de todo tipo de linha;
- 10 peças de tecidos simples;
- 50 pares de chinelos;
- 3000 libras de pólvora;
- 3000 libras de chumbo;
- 300 piques;
- Duas bombas;
- 100 armas;
- 200 pás;¹⁶²

Nesse contexto de Guerra Fluvial, de estabelecimento em solo Amazônico, de cooperação internacional dos inimigos de Castela e de amizade com indígenas, destaca-se do trecho acima do Capitão Van De Queere que, mesmo que o pedido também contivesse munições para a guerra, grande parte da lista de pedidos eram produtos que pudessem beneficiar aos indígenas, em forma de troca realizada para que obtivessem o apoio deles. O enobrecimento e o sentido dado às dádivas e mercês, produziram, portanto, um reconhecimento possível que transitava entre sentidos diversos. Assim, na avaliação realizadas pelos comandantes neerlandeses, os índios da Amazônia tinham uma disposição claramente mais favorável aos Neerlandeses, como resposta à afamada tendência escravista que os portugueses tinham.

¹⁶² QUEERE, Van de. “Carregamento e vestimentas para as companhias a entregar e dar como pagamento.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 89.

3.3 AS CONSTRUÇÕES FORTIFICADAS E AS ROTAS DE TRÁFICO DE PRODUTOS PARA EUROPA

A presença internacional, principalmente a neerlandesa, na região do Estado do Maranhão e Grão-Pará se posicionava com objetivos certos, como por exemplo, manter-se na região para obtenção de produtos da terra, aliar-se aos indígenas para vencer a guerra contra os hispano-lusos, bem como, alcançar a prata espanhola para aferição de lucros para os Países Baixos, assim, a ideia segundo a qual a região do Delta Amazônico tinha como vocação oceânica o comércio de especiarias, principalmente, em função das suas matas e de sua conexão natural com o Caribe, é também comum na crônica hispano-lusa no período. Portanto, não é de se estranhar, que os neerlandeses acabassem alimentando expectativas similares aos portugueses. Na relação escrita pelo capitão Jacob Van de Queere, o mesmo descreve um cálculo estimado que renderiam os retornos vindos do Estado do Maranhão.

- 5000 caixas de açúcar;
- 1000 libras de tabaco;
- 6000 libras de algodão;
- 4000 libras de gengibre;
- 4000 libras de arroz;
- Óleos, drogas e corantes não podem ser cálculos com certeza;¹⁶³

E completa relatando os rendimentos que teriam, caso conquistassem definitivamente o Estado do Maranhão e Grão-Pará e fossem donos da região.

Vossa Senhorias, por obséquio, considerem o extraordinário lucro que esse país pode dar, porque, se deus consentir, o nosso domínio, seremos donos de nove ou dez mil escravos em pouco tempo de cem mil índios para cultivar uma terra fértil. Há cinco mercadorias capitais que essa terra muito fértil oferece, das quais cinco nós mesmo podemos ajudar a plantar e negociar como açúcar, gengibre, arroz e algodão. Gengibre e arroz tem sido particularmente até o momento pouco plantado, mas é possível plantar grandes quantidades e há terras boas para isso. Ambargris, pelo que entendo, vem tanto do Ceará como do Maranhão anualmente cerca de 3000 libras e vez em quando, até mais. Urucu, encontra-se em grandes quantidades. Sempre houve muito com os índios ali drogas, óleos, bálsamos, gomas e todo tipo de flores, frutos e cascas de árvores também. Com relação ao tabaco, continuo calculando 100.000 libras mais ou menos, mas quando houver demanda boa, depois que permanecer por um ano, posso me comprometer a entregar anualmente de 10 a 12 mil libras, porque ali não faltam terras para plantar tabaco e nem índios para trabalhar.¹⁶⁴

¹⁶³ QUEERE, Van de. "Carregamento e vestimentas para as companhias a entregar e dar como pagamento." In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 97.

¹⁶⁴ QUEERE, Van de. "Carregamento e vestimentas para as companhias a entregar e dar como pagamento." In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 97-88.

Assim, ao longo do século XVII, os neerlandeses, conseguiram carregar inúmeros navios com produtos da terra e obter o sonhado lucro com as mercadorias retiradas do Delta Amazônico, estas que começaram a obter grande prestígio na Europa. Assim, a mão de obra nativa era essencial em todas as fases da estadia no Estado do Maranhão. Todos os produtos da terra listados acima, pelo capitão Neerlandês Van De Queere, começaram a serem apreciados de forma diferente nos Países Baixos, desse modo, os relatos do período, sempre davam um destaque para toda sorte de produto que poderiam ser retirados da região, caso obtivessem o apoio dos chefes indígenas para combater aos lados deles.

Desse modo, a construção do presente tópico foi de suma importância para refletirmos sobre a fixação de fortificações na região Amazônica, a cooperação e concorrência internacional e a obtenção do apoio indígena para qualquer tarefa a ser realizada. Assim, para compreendermos a cooperação internacional na região e quais suas motivações e implicações, faz-se de grande importância a o entendimento acerca da amizade com indígena, pois sem ele, não conseguiriam retirar produto, muito menos instalar fortificações ou descobrir rotas de comércio. O tópico a seguir, buscará entender como as fortificações neerlandesas, construídas de forma híbrida, instaladas na Amazônia, foram importantes locais para traçar rotas e caminhos pela região, para obtenção de maiores lucros.

As construções fortificadas, atendem assim, aos objetivos das Companhias Holandesas, sobretudo a WIC, dessa forma, são um misto inicial de experiência de povoamento, são postos de observação e defesa, local de interação entre europeus e aliados nativos, espaço para troca de produtos, centro de gestão e espaço para interagir acerca das rotas que seriam traçadas a partir daquelas fortificações.

Dessa maneira, desde o início da fixação Neerlandesa na região, sabia-se que os soldados e navegantes da época, teriam que se adequar ao *modus operandi indígena* e conseqüentemente, se adequar às maneiras navegar pelos rios da região, haja vista ser um território totalmente dominado por águas. Assim, as fortificações foram construídas em locais estratégicos para que pudessem alcançar os objetivos desejados e a partir dela, as rotas foram traçadas juntamente com indígenas.

Havia várias rotas que explicitavam bem os objetivos dos Neerlandeses, algumas mais sistematizadas, como aquelas que demonstravam uma acessibilidade maior com o comércio das Índias e isso era bem relatado por capitães que vieram e

escreveram sobre a região. O Delta Amazônico, serviria assim, como um imenso complexo por onde conseguiriam chegar até o Peru, por onde conseguiriam extrair as drogas do sertão e levar para Europa, bem como, um local por onde os objetivos da WIC, se faziam presentes. Logo, como afirmava, Van de Queere, em seu relato, “por esses rios e essa rota, podem chegar ao rio de la Plata e Peru e sabemos quais conquistar poderíamos ter ali”.¹⁶⁵ E completa o seu relato, afirmando em outro trecho, a viabilidade da rota pelo Amazonas.

O Amazonas possui setenta léguas do Cabo do Sul até o Cabo do Norte, aqui há o rio que separa as Índias Ocidentais do Brasil e, como alguns opinaram e escreveram,, se estende até a terra do Peru, e que subindo o rio Amazonas, se pode entrar o mar do Sul, que espero, talvez fosse oportuno que o Deus todo Poderoso, deixasse descobrir, porque seria, sem dúvida um assunto de muita importância.¹⁶⁶

O relato só confirma a ideia segundo a qual a Amazônia lusa tinha passagens para o Peru mais facilitadas, por meio das rotas criadas e pensadas de forma híbrida, bem como, a ideia de que havia vocação econômica para o comércio de especiarias. Dessa maneira, o domínio sobre uma região considerada tão próxima da rota caribenha deveria ocorrer, assim, oferecer vantagens aos índios que os mesmos não tinham com os portugueses, era uma das facetas para manter o apoio dos chefes indígenas.

Desse modo, o Capitão Gedion Morris em colaboração com o aventureiro holandês John Maxwell, escreveu um relatório sobre o início da conquista holandesa do Maranhão, em 1640, e este demonstra bastante conhecimento acerca da região, das rotas criadas, da necessidade quase vital do apoio indígena e das fortificações holandesas na região. O texto, trata-se de uma atualização de um relatório anterior que ambos fizeram no ano de 1637, com algumas conclusões acerca da estadia na região. Neste relatório, um argumento bastante importante que justifica, portanto, a invasão e a conquista do Estado do Maranhão, que já estava ocorrendo de maneira prática desde o início do ano de 1637, com a invasão pelo Estado do Ceará. Logo, Gedion e Maxwell, consideram que pela região da Amazônia poderia se estabelecer o comércio com áreas do Peru e do Caribe, na medida, em que segundo dizem,

¹⁶⁵ QUEERE, Van de. “Cópia da exposição feita a alguns amigos a respeito do Rio Amazonas e Maranhão a 1638.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 69.

¹⁶⁶ QUEERE, Van de. “Cópia da exposição feita a alguns amigos a respeito do Rio Amazonas e Maranhão a 1638.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 81.

“todos os navios que vão para o Ocidente devem passar por aqueles lugares”.¹⁶⁷ E continua a relatar em outro trecho, a seguinte afirmação.

O que tenho em vista com a narração desse fato e de suas circunstâncias é afirmar e fazer sentir, que na verdade existe uma passagem cômoda pelo Rio Amazonas para Quito, e conseqüentemente de Quito para todas as províncias do Peru. E sendo assim, segue-se necessariamente, que a conquista do Maranhão é um negócio da mais alta importância e de mais alto interesse para a louvável Companhia de VV SS. Conquistado o Maranhão e seus entornos, com o favor de Deus, pela companhia, VV SS, terão não somente obtido um bom porto, como terão achado uma entrada e um caminho cômodo, por onde, com o andar do tempo, alcançarão até o coração de Quito. Cumpre notar que as fronteiras do lado de cá do Peru não se acham fortificadas e assim, por nenhum modo, convém demorar o feito do Maranhão, mas pelo contrário realiza-lo o quanto antes, pois é de recear que o rei da Espanha, tendo em atenção a passagem recentemente descoberta, faça brevemente guarnecer e fortificar o Maranhão.¹⁶⁸

Portanto, percebe-se do relato acima, a importância dada para a conquista efetiva do Maranhão, esta que estava sendo pensada e articulada anos antes. Assim, a crônica demonstra a possível entrada para o Peru, pelo Amazonas e para que isso acontecesse, era necessário a efetiva conquista da região e isso irá ocorrer entre os anos de 1641 a 1644, logo depois do presente relatório.

Desse modo, compreende-se que a condição de fronteira do Estado do Maranhão é um argumento indispensável na tentativa de convencimento do Heren XIX à conquista do Estado, mas não eram apenas esses argumentos utilizados, existia também a tópica bastante presente dos grandes ganhos que a região traria (e estava trazendo) para os Países Baixos, haja vista que esses ganhos só de fato aconteciam, devido à presença Neerlandesa por meio das fortificações na região e à amizade indígena. Logo, para os Países Baixos, era imprescindível para se estabelecer no Maranhão dois quesitos essenciais: a construção de fortificações que atendiam a diversas finalidades e anseios e a onipresença do indígena para realização de qualquer tarefa no Estado do Maranhão.

¹⁶⁷ MORRIS, Gedion. MAXWELL, Jean. “Breve relatório acerca do Maranhão, apresentado a 3 de fevereiro de 1640 por Gedion Morris e Jean Maxwell.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 141.

¹⁶⁸ MORRIS, Gedion. MAXWELL, Jean. “Breve relatório acerca do Maranhão, apresentado a 3 de fevereiro de 1640 por Gedion Morris e Jean Maxwell.” In: GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016, p. 133

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, chegamos à conclusão de um trabalho que teve início na graduação, quando iniciei a Iniciação Científica e desde então, temas como, a expansão Neerlandesa, a construção de fortificação, a amizade com indígena recheada de implicações e a sonhada chegada até o Peru, chamavam a atenção de qualquer aluno de graduação, mas a mim, chamou ainda mais, conclui a monografia e ingressei no Mestrado seguinte a mesma linha de raciocínio. Aqui temos, as considerações finais do presente trabalho de dissertação.

A expansão Neerlandesa, fora resultado de um embate com o Espanhóis e a consequente Independência dos Países Baixos, no século XVI, bem como, um maneira de revidar, qual seja, invadir e conquistar terras pertencentes à Coroa Espanhola, obstruindo os lucros hispano-lusos e respondendo aos objetivos das companhias de Comércio Holandesas, sobretudo a WIC, ou seja, praticar a guerra e comércio em terras pertencentes a Espanha e Portugal, entretanto, em cada localidade, sofrendo importantes adaptações locais. É necessário compreender que para as Províncias Unidas dos Países Baixos, cada parte dessa guerra mundial contra a Coroa Espanhola, necessitava de uma sofisticada análise de contexto. Assim, o embate acontecia de maneira diferente em cada lugar. Logo, a guerra feita no Estado do Maranhão e Grão-Pará era fundamentalmente fluvial, pois deveria acomodar-se aos campos de batalha tropicais e ao uso dos rios.

Assim, a construção de fortificações no Estado do Maranhão e Grão-Pará, respondia a objetivos precisos da Companhia Holandesa Ocidental, haja vista, a funcionalidade para uma mesma fortaleza, no contexto da sua inserção em solo Amazônico. Dessa maneira, eram um misto inicial de uma experiência de povoamento Neerlandês, funcionava também como centro de gestão, de onde partiam as ideias e formas para obter produtos nativos, descobrir caminhos e rotas e realizar trocas com nativos, eram também postos de observação e defesa do território, local de interação ente europeus e aliados nativos, que a partir de então, passou a ser conhecido como um aliado fortíssimo, pois além de conhecer toda a região, também entendia sobre o curso dos rios e desempenhou uma função de extrema importância na de Guerra Fluvial, pois utilizavam as canoas de guerra para surpreender seus adversários, com extrema agilidade, bem como, por fim, era

também um espaço em que aconteciam as trocas com os indígenas, conhecida como escambo.

Dessa maneira, essas fortificações, foram concebidas, pensadas e construídas para atender a demandas Europeias e no caso em questão, a Neerlandesa, assim como, atendia também ao modo de atuação do indígena diante do contexto da Amazônia Colonial. Com relação a sua construção, as documentações relatam o uso de uma técnica híbrida, pois, sendo os indígenas aliados dos Neerlandeses, uniram as suas técnicas para a construção dessas fortificações. Logo, as construções fortificadas, acabaram facilitando a comunicação com os índios principais, haja vista, terem uma visão de proporcionar mais liberdade ao indígena, para que ele possa escolher em qual bando lutar e qual o melhor lado para atuar na Guerra contra os Hispano-lusos.

Logo, o contexto da Guerra Fluvial, fora de suma importância para o Estado do Maranhão, principalmente por ter acarretado mais visibilidade para o Estado, por ter proporcionado pensar o Maranhão Seiscentista como uma potência no tocante a exportação de produtos naturais que poderiam gerar mais lucros para os Países Baixos, assim como, por ter propiciado à região, ser pensado e compreendido como uma Região de Fronteira, que por meios dos rios navegáveis poderia chegar-se ao Peru e assim, abrir caminhos para que outros chefes e comandantes Neerlandeses, pudessem ter acesso à sonhada rota que levaria a prata espanhola.

Portanto, a Guerra Fluvial, o estabelecimento de construções fortificadas com o auxílio de indígenas e a expansão Neerlandesa pelo Delta Amazônico no período seiscentista, foram os temas principais que ensejaram a criação da presente dissertação e que foram importantes para compreendermos como se dava o Estado do Maranhão no século XVII, haja vista, que não eram apenas os Neerlandeses que se faziam presentes, mas toda sorte de europeu que queria se aventurar em terras amazônicas, para obtenção de lucro e carregamento de navios com produtos tropicais, assim, portugueses, espanhóis, ingleses, irlandeses e italianos também construíram a história da região e foram atores desse enredo que ainda carece de mais estudos para uma compreensão mais regionalizada do que fora o Estado do Maranhão na primeira metade do século XVII. Aqui, concluímos.

FONTES

GUZMÁN, Délcio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. **Holandeses na Amazônia (1620 – 1650)**: documentos inéditos. Belém: IOE, 2016.

LEITE, Serafim (org.). **Luiz Figueira**: a sua vida heróica e a sua obra literária. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – PORTUGAL

“REQUERIMENTO do capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei (D. Filipe II), a pedir equiparação do seu ordenado ao capitão-mor do Rio Grande.” 06 de março de 1619. **AHU**, Ceará (avulsos), cx. 1, doc. 2

“REQUERIMENTO do capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei (D. Filipe III), a pedir meios para reconstruir a fortaleza, soldados e seus oficiais, armas, munições e pólvora para defesa dos ataques dos holandeses e franceses, e escala de navios que do estado do Brasil vão ao Maranhão.” 25 de maio de 1619. **AHU**, Ceará (avulsos), cx. 1, doc. 3.

“CARTA do capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei (D. Filipe II), a pedir o envio de cinquenta soldados para a construção de uma fortificação.” 01 de novembro de 1621. **AHU**, Ceará (avulsos), cx. 1, doc. 6.

“REQUERIMENTO do capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei (D. Filipe II), a pedir que a capitania do Ceará, por facilidade de comunicação pertença ao estado do Brasil e não ao Maranhão.” 11 de fevereiro de 1626. **AHU**, Ceará (avulsos), cx. 1, doc. 7.

“REQUERIMENTO do capitão do presídio do Grão-Pará, Manuel de Sousa de Eça, para o rei (D. Filipe III), a solicitar a adopção de um regimento particular para o governo que vai assumir; a mudança da localização da fortificação de madeira; esclarecimentos se deverá ir pessoalmente fazer o descobrimento do Cabo do Norte e pôr fim as feitorias e expulsar os estrangeiros; e o envio de munições e pessoal especializado, de uma botica e cirurgião e bandeira e tambores para a capitania do Pará.” 13 de janeiro de 1623. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 23.

“CONSULTA do Conselho da Fazenda para o rei (D. Filipe III), sobre a notícia da partida de quatro naus holandesas com o objetivo de conquistarem o Pará.” 03 de agosto de 1624. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, 28.

“AVISO do (Secretário do Conselho dos governadores do Reino), Rui Dias de Meneses, para o conselho da Fazenda, remetendo os papéis relativos ao ordenado e outras condições a serem oferecidas a Luís Aranha de Vasconcelos para o descobrimento do Rio Amazonas.” 12 de maio de 1625. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 29.

“REQUERIMENTO de Luís Aranha de Vasconcelos para o rei (D. Filipe III), solicitando ordens régias para seguir novamente para a região do Rio Amazonas, com o objetivo de expulsar os invasores holandeses e ingleses que ali se

encontravam, ou concessão de licença para viajar até a cidade do Porto, sua terra natal.” 03 de julho de 1625. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 30.

“CARTA RÉGIA de D. Filipe III, para o conselho de governadores do Reino, ordenado que se provenha com o necessário para a nova expedição de Luís Aranha de Vasconcelos ao Rio Amazonas.” 13 de fevereiro de 1626. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 31.

“CARTA RÉGIA de D. Filipe III para o conselho de governadores do Reino ordenado que se registre na Casa da Mina a carta do cargo de capitão da fortaleza do Pará, Luís Aranha de Vasconcelos.” 03 de dezembro de 1626. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 33.

“PROVISÃO do governador e capitão-general e alcaide-mor de São Luís do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, ordenado ao provedor da Fazenda Real e ao ouvidor da capitania do Pará que lancem bando e recolham todos os Flamengos à cidade de Belém do Pará, com todo cabedal que possuírem.” 1626. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 34.

“REQUERIMENTO do capitão Aires de Sousa Chichorro para o rei (D. Filipe III), pedindo remuneração pelos serviços prestados à Coroa nas conquistas do Maranhão e Pará.” 18 de outubro de 1634. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 36.

“REQUERIMENTO do governador do presídio do Cabo de Santo Agostinho, Bento Maciel Parente, para o rei (D. Filipe III), pedindo por remuneração dos seus serviços nos estados do Brasil e do Maranhão, a mercê de poder administrar mil casas de índios da província dos guarajaras, para trabalharem nos engenhos do Estado do Maranhão, bem como a administração de outros dois mil casais de índios da província dos Pacajés, Reguape e Gurupa na capitania do Pará.” 04 de agosto de 1635. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 37.

“REQUERIMENTO DO Capitão-mor nomeado para a capitania do Pará, Manuel Madeira para o rei (D. Filipe III), solicitando a entrega dos materiais que necessita para a defesa e prosperidade do comércio daquela capitania. 09 de abril de 1638. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 38.

“REQUERIMENTO do capitão-mor nomeado para a capitania do Pará, Manuel Madeira, para o rei (D. Filipe III), pedindo para que lhe sejam entregues alguns presos sentenciados com o degredo no Brasil, para leva-los consigo ao Pará e servirem como soldados na defesa da capitania contra os rebeldes holandeses. 29 de outubro de 1638. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 42.

“REQUERIMENTO do capitão-mor nomeado para a capitania do Pará, Manuel Madeira, para o rei (D. Filipe III), pedindo para que se ordene ao governador do Estado do Maranhão, Bento Maciel Parente, para que não se intrometa no socorro que leva para aquela capitania.” 06 de novembro de 1638. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 43.

“REQUERIMENTO do Conselho da Fazenda para o rei D. João IV, sobre o pedido de socorro de munições e mantimentos pelo capitão do Grão-Pará. Pedro Maciel

Parente, no sentido de repelir a presença dos holandeses no litoral daquele Estado. 31 de dezembro de 1640. **AHU**, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 45.

“CONSULTA do Conselho da Fazenda ao rei Filipe II, sobre a petição do Governador do Estado do Brasil, D. Luis de Sousa, para levar consigo soldados e pessoas que pudessem embarcar para socorro dos presídios, conquista e descobrimento do Maranhão e do Rio Amazonas.” 06 de julho de 1616. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 7.

“REGIMENTO do governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, para o capitão-mor do Pará, Pedro Teixeira, sobre a jornada de descobrimento do território do Rio Amazonas até a cidade de Quito, no reino do Peru.” 1636. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 110.

“CARTA do capitão-mor do Pará, Pedro Teixeira, ao rei Filipe III, relatando a sua viagem desde Quito até São Luís do Maranhão, pelo Rio Amazonas.” 29 de maio de 1637. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 112.

“CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei Filipe II, sobre as cartas enviadas pelo governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, relativas às viagens dos missionários que vieram de Quito pelo rio Amazonas.” 29 de agosto de 1637. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 114.

“REQUERIMENTO dos moradores do Maranhão ao rei Filipe III, queixando-se da venda de tabaco por estrangeiros, e solicitando autorização para ele venderem tabaco ao Reino, visto ser o único ramo de comércio daquela capitania.” 16 de setembro de 1637. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 115.

“REQUERIMENTO do governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, ao rei Filipe III, sobre a conveniência de se fazerem ofertas aos índios principais, no sentido de se obterem, aliados.” 09 de outubro de 1637. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 116.

“CARTA PRECATÓRIA do capitão-mor do Grão-Pará, Bento Maciel Parente, para o capitão-mor, António Moniz Barreiros, sobre a viagem de descobrimento do Rio Amazonas. ” 27 de novembro de 1623. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 65.

“CARTA do capitão-mor António Moniz Barreiros ao rei Filipe III, sobre as necessidades de munições e ajudas de curso para a defesa da capitania, incluindo uma relação os provimentos de Francisco Coelho de Carvalho na construção e manutenção de algumas fortalezas. ” 06 de fevereiro de 1624. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 74.

“CARTA do governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, ao rei Filipe III, sobre o pedido de provisão que se há- de passar a Mandioca Puba, reconhecendo-o como índio principal, tal como se tinha feito com Luis de Sousa. ” 28 de fevereiro de 1624. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 79.

“CARTA do governador do Maranhão, Luís de Magalhães, ao rei D. João IV, em que solicita artilharia e munições para o forte que está construindo, informando sobre o

estado em que se acham aquela praça e queixando-se dos párocos e religiosos que alia se encontravam.” 1650. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx., doc. 283.

“OFÍCIO do capitão-mor do Maranhão, Alexandre de Moura, ao rei Filipe II, sobre a tomada da fortaleza francesa de São Luís. Faz referências ao estado geral do Maranhão; ao estabelecimento de índios em Tapuitapera; ao reconhecimento de alguns rios e ilhas; à qualidade das terras e à importância do povoamento desta região.” 24 de setembro de 1616. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 8.

“OFÍCIO do Capitão-mor, Francisco de Moura, para o Conselho da Fazenda, sobre o pedido de embarcações, artilharia, mantimentos, roupas e botica para o Maranhão”. Lisboa, 2 de Junho de 1623. **AHU**, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 56.

BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPANHA – ESPANHA

“Los advertimientos siguientes Por V. Mag.d Catholica sobre la Enpresa de Gaspar Chillan o la población de irlandesses en el Rio de la Amaçonas y costa de guiana”. Biblioteca Nacional de España [doravante **BNE**], mss 4163, flº 58. Esta proposta foi, entretanto, recusada pelo Consejo de Estado.

Capitão André Pereyra. “Relação do que há no Grande Rio das Amazonas novamente descoberto [1616]”. **BNE**, mss 3015, fl. 135 – 137.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS (AGS) - VALLADOLID, ESPANHA

“RELAÇÃO que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Alamazonas, e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V.Magde”. 27 de Julho de 1624. **AGS**. Archivo General de Simancas [Acervo privado do orientador], Secretarias Provinciales, 1467, flº 688-691v.

“CARTA de Don Diego de Carcamo a Juan de Ciriça”. Lisboa, 1º de março de 1620. **AGS**. Estado K (Francia), 1477.

“Lettres de D. Iñigo de Cárdenas su les affars de Marañon et le Indy.” Madri, 13 nov. 1615. **AGS**. Archivo General de Simancas, Estado K (Francia), 1611.

“Le Roi a Iñigo de Cardenas”. 30 nov. 1613. **AGS**. Archivo General de Simancas, Estado (Francia), K 1453, A59.

FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

“DISCRIPÇÃO dos rios Pará, Curupá e Amazonas descuberto e sondado por mandado de Sua Mag.de”, Antonio Vicente Cochado, 1623. Fundação Biblioteca Nacional (catálogos de Mapas). Disponível em: www.catcd.bn.br.

“Avisos tocantes à la India Occidental. Explican los progressos que holandeses, franceses e ingleses, hacian em las riberas del rio de Las Amazonas”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905.

“Relação das Cousas Sumárias do Maranhão. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal. (1624)”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905.

“Sobre as cousas do Grão-Pará (1619?)”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905.

“Informação de Luiz Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do Rio das Amazonas”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905.

“Relaçam do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905

“Relação de Jacome Raymondo de Noronha, sobre as causas pertencentes a conservação, e aumento do estado do Maranhão”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ALBERTI, Leon. **Los diez libros de Architettura (1452)**. Espanha: Universidade de Granada. Livro IV. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos das fronteiras: histórias, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 66-79.

AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação do Maranhão**. São Luiz: Typografia Teixeira, 1912.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, 2000

BARTHEL, Stela Glaucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2007.

BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.

BOXER. Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. **Hispania**, vol. LXIV, nº 216. janeiro-abril, 2004. pp. 117-156.

CARDOSO, Alírio Carvalho. Amazônia na guerra hispano-holandesa: comparações com a guerra do Brasil. (1598-1655). In: **Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos / Colonização e mundo atlântico**. Rafael Chamboleyron (Org.). Belém: Editora Açaí. Volume 2. 2015. pp. 15-23.

_____. Guerra híbrida no Atlântico Equinocial. Índios, portugueses e espanhóis na conquista do Maranhão e Grão-Pará (1614-1616). **História Revista**. Goiânia, n.12, jul/dez, 2013. pp. 143-167.

_____. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. pp. 317-338.

_____. “Un piccolo pataccio al rio dell’amazzoni”: pirataria europeia e projetos italianos na amazônia na época da Monarquia Hispânica”. **Revista Histórica**. São Paulo, jan.-jun., 2014. n. 170. pp. 175-199.

_____. Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva (orgs). **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV 2015. p. 33-72.

_____. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. 2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.

_____. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese de Doutorado (Universal Estadual de Campinas), 2005.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Fecho do império: História das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – século XVIII/XIX**. Belém. 1999. p. 129-193.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; TOMPSON, Ana Lúcia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Brasília: IPHAN, 2016 (verbeta).

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. As artes de fazer**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

CHAMBOLEYRON, Rafael. SOUZA JUNIOR, José Alves de (orgs). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1ª ed. Belem, PA: Paka-Tatu, 2016.

CIPOLLA, Carlo. **Conquistadores, piratas e mercadores: a saga da prata espanhola**. Lisboa: Editora Teorema, 1996.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo; Ed. Cosac & Naify. 2004.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **Para aumento da conquista e bom governo dos moradores**: O papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Niteroi: Tese de doutorado (história) apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2011.

DAHER, Andréa. **O Brasil francês**: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil. feita nos anos de 1613 e 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002 [1615].

DEN HEIJER, Henk. **De Geschiedenis van de WIC**: Opkomst, Bloei and Ondergng. Zutphen: Walburg Press, 2002.

DORNELIES, Soraia Sales. A questão indígena e o Império: índios, trabalho e violência na província paulista (1845-1891). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP., 2016.

ELLIOTT, John. **España, Europa y el mundo de ultramar** (1500-1800). Madrid: Taurus, 2009.

EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlântico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafio Holandés al domínio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo; Globo, 3ª ed. 2006.

FERREIRA, Anete Costa. **A expedição de Pedro Teixeira**: a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia. Lisboa: Editora Êsquilo, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. Editora: Vozes. Rio de Janeiro. 2012. p. 131 – 163.

_____. **Microfísica do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014. p. 41-48 / 429-432.

HEMMING, John. **Red Gold: The Conquest of Brazilian Indians**. Londres: Papermac, 1995.

HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, vol. VI, nº 1 (2011), pp. 178-202.

_____. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). IN. CHAMBOLEYRON, Rafael. SOUZA JUNIOR, José Alves de (orgs). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1ª ed. Belem, PA: Paka-Tatu, 2016.

KLOOSTER, Wim. **The Ducht Moment: War, Trade, and Settlement in the Seventeenth-Century**. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2016.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação Francesa de São Luis e seus mitos**. 2ª edição. São Luis: Lythograf, 2002.

MARQUES, Guida. O estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, nº. 27 (2002), pp. 7-35.

MEIRELLES, Mario Martins. **França Equinocial**. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: EDUUFMA, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de Melo de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701)**. Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006.

_____. **Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do Exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese de doutorado (História). Universitet Leiden, 2011.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História e do indigenismo**. Tese de Livre Docência (História) apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Antônia da Silva e MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das Sesmarias**. São Luís: Edições FUNC, 1998.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos; CASTRO, Adler de. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, FCEB, 2003.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **Pelo Lucro da Companhia: aspectos da administração no Brasil Holandês, 1630 – 1639**. Recife: o autor, 2004. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, História.

NAVARRO, Alexandre Guida. A guerra na Amazônia pré-colonial e a representação de duas fontes etno-históricas sobre os Tupinambá do Maranhão no período do contato. In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva (orgs). **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV 2015. p. 17-31.

NAVARRO, Alexandre Guida. Arqueologia da Baixada Maranhense: o caso das estearias e sua complexidade social. In: NAVARRO, Alexandre Guida; GOUVEIA NETO, João Costa (orgs). **A escrita e o artefato como textos: ensaios sobre a história e cultura material**. Jundiá: Paco Editorial, 2016. P. 267-300.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Salvador, BA: Fundação Gregório de Mattos.

OLIVEIRA, Maria Izabel Barboza de Moraes. **O príncipe pacífico: Bossuet, Luís XIV e Antônio Vieira**. São Luís: Café&Lápis: EDUFMA, 2013.

PARKER, Geoffrey. **La revolución militar**. La innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

PÉREZ, José Manuel Santos. PERE, Petit (orgs). **La Amazônia Brasileira en perspectiva histórica**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

POMPA, Maria Cristhina. **Religião com Tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial**. Bauru: Edusc/ Anpocs, 2003.

POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil**. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013.

QUEIROZ PRATA, Maria Catharina Reis. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **Vértices**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2011, p. 127-145.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**: Representações do Índio de Caminha a Vieira. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Zahar, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: A Fronteira com as Colônias Espanholas. vol. 1. Belém: Secult, 1993.

ROBERTS, Michel. **The military revolution, 1560-1660**. Belfast: University of Belfast, 1956.

ROSÁRIO, Adagilza Maria Vieira do. **O Brasil filipino no período holandês**. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento**: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Algés: DIFEL, 1992.

SBRANA, Darlan Rodrigo. **A GALHA DA FIGUEIRA BRANCA E O CARVALHO**: alvorecer do Maranhão Colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambá (1603-1619). Dissertação (Mestrado – Programa de pós-graduação em História – UFMA), 2017.

SCHAUB, Jean-Frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império resgatou Portugal. **Tempo**, vol. 12, nº 24 (2008), pp. 201-223.

SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**. IAHGP, v. 46, p. 197-207, 1967.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Guerra e Comércio**: A presença portuguesa no Golfo da Bengala (1500-1700). Lisboa: Edições. 1989.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VELLOZO, Diogo da Sylveira. **Arquitetura Militar ou fortificação Moderna (1743)**. Transcrição e comentários: Mario Mendonça de Oliveira. Salvador: EDUFBA, 2005.

VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia**. In: Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1905.

VITRUVIO, M. P. **Los diez libros de arquitectura**. Reprodução digital baseada em edição de Madri, Imprensa Real, 1987. Tradução de Joseph Ortiz e Sanz, 2002. (Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes);